

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

EDUARDA COELHO ZAMPIRON

**POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS BRASILEIRAS DE INCENTIVO AO
CONSUMO: UMA ANÁLISE DO SETOR DE ELETRODOMÉSTICOS
DA LINHA BRANCA DE 2008 A 2013**

Florianópolis

2016

EDUARDA COELHO ZAMPIRON

**POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS BRASILEIRAS DE INCENTIVO AO
CONSUMO: UMA ANÁLISE DO SETOR DE ELETRODOMÉSTICOS
DA LINHA BRANCA DE 2008 A 2013**

Monografia submetida ao curso de graduação em
Ciências Econômicas, da Universidade Federal de
Santa Catarina, como requisito obrigatório para
obtenção do título de Bacharel.

Orientadora: Dra. Carmen Ortiz G. Gelinski

Florianópolis

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca examinadora resolveu atribuir a nota 9,0 (nove) a aluna ***Eduarda Coelho Zampiron*** na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca examinadora:

Prof. Dra. Carmen Ortiz G. Gelinski
(Orientadora)

Prof. Dr. Gueibi Peres Souza

Prof. Dr. Daniel de Santana Vasconcelos

AGRADECIMENTOS

Aos dezessete anos ingressei na Universidade Federal de Santa Catarina para o Curso de Ciências Econômicas. Minha primeira aula, em agosto de 2011, foi de Contabilidade Social ministrada pela Professora Carmen, de quem fui monitora por mais de dois anos e hoje sou orientanda.

Muito obrigada Carmen pelo carinho e atenção ao longo dessa caminhada, por apoiar meus planos, meus objetivos e por aceitar a orientação desta monografia.

Aos demais professores do Departamento de Economia da UFSC também o meu muito obrigada.

Aos meus pais, Eduardo e Eliana, obrigada pelo incessante incentivo e suporte diário. Obrigada mãe por me escutar falar destrambelhadamente minhas dúvidas e “achismos” sobre economia. Pai, obrigada por, mesmo com seu tempo escasso, fazer-se presente e dar força durante minha caminhada acadêmica. Vocês são meu exemplo e orgulho.

A minha irmã, Letícia, obrigada por me apresentar o caminho por ti já trilhado, tornou os “tombos” menos doloridos.

E ao meu namorado, João, obrigada pela paciência e suporte durante a fase final da minha graduação, sua ajuda foi fundamental.

RESUMO

A crise iniciada nos Estados Unidos em meados do ano de 2007 logo atingiu o resto do mundo e então os países adotaram diversas medidas a fim de se defenderem dos efeitos de uma desaceleração em suas economias. O Brasil adotou um pacote de estímulos à demanda interna. Dentre as medidas adotadas se destacou, por exemplo, a concessão de incentivos fiscais, principalmente para bens de consumo duráveis, como eletrodomésticos de linha branca, foco deste estudo. Com isso, objetivou-se realizar um estudo exploratório das políticas de incentivos ao consumo adotadas sobre o setor de eletrodomésticos de linha branca a fim de mensurar o impacto sobre as vendas e presença de eletrodomésticos nos domicílios brasileiros, num cenário de pós crise financeira internacional nos anos de 2008 a 2013. Para isso, analisou-se o impacto das políticas de redução do IPI e IOF. Esse estudo constatou que o mercado interno foi incentivado com o aumento de crédito e desonerações fiscais e que as políticas de incentivo ao consumo foram efetivas para conter os efeitos da crise no país no período de 2008 a 2011. Já no período de 2012 a 2013, identificou-se o enfraquecimento do efeito dessas sobre o consumo.

Palavras-chave: Eletrodomésticos. Linha branca. Incentivos fiscais.

ABSTRACT

The crisis started in the United States around 2007 and immediately affected the rest of the world and then, other countries have adopted some measures to protect themselves of a slowdown in their economies. Brazil adopted a domestic demand stimulus package. Among such measures adopted, is highlighted the concession of tax incentives mostly to durable consumer goods as white line household appliances, for example, focus of this study. Therefore, it aimed to conduct an exploratory study of consumption incentive policies adopted over the white line goods in order to measure the impact on sales and presence of this appliances in households, in a post financial crisis scenario in years 2008 to 2013. For this, it analyzed the impact of the IPI and IOF reduction policies. This study found that the domestic market was encouraged by the increase in credit and tax exemptions, and that the consumption incentive policies were effective to contain the effects of the crisis in the country from 2008 to 2011. In the period of 2012 to 2013, it identified the weakening effect of these on consumption.

Keywords: Household appliances. White line. Tax incentives.

LISTA DE GÁFICOS

Gráfico 1: Variação real trimestral do PIB a preços de mercado nos anos de 2003-2009.	17
Gráfico 2: Variação real do Produto Interno Bruto dos três setores no ano: 2003 - 2009	18
Gráfico 3: Produção industrial por categoria de uso dados dessazonalizados: 2008-2009.	19
Gráfico 4: Evolução percentual do índice trimestral do volume de vendas no comércio varejista por segmento no Brasil: 2008 - 2009.....	21
Gráfico 5: Variação anual percentual do volume de vendas de eletrodomésticos da linha branca: 2008-2013	41
Gráfico 6: Variação real trimestral do PIB a preços de mercado nos anos de 2008-2013.	43
Gráfico 7: Variação real do Produto Interno Bruto dos três setores no ano: 2008 -2013	44

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Taxa de crescimento real do estoque de crédito para indústria de 2007 a 2009.....	20
Tabela 2: Alterações na alíquota do IPI para eletros da linha branca pelo Decreto nº 6.825, de 17 de abril de 2009.	32
Tabela 3: Alterações na alíquota do IPI para eletros da linha branca pelo Decreto nº 6.890, de 29 de junho de 2009.	33
Tabela 4: Alterações na alíquota do IPI para eletros da linha branca pelo Decreto nº 6.996, de 30 de outubro de 2009.	34
Tabela 5: Alterações na alíquota do IPI para eletros da linha branca pelo Decreto nº 7.631, de 1º de dezembro de 2011.....	35
Tabela 6: Alterações na alíquota do IPI para eletros da linha branca pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011.....	35
Tabela 7: Alterações na alíquota do IPI para eletros da linha branca pelo Decreto nº 7.879, de 27 de dezembro de 2012.....	36
Tabela 8: Alterações na alíquota do IPI para eletros da linha branca pelo Decreto nº 8.035, de 28 de junho de 2013.	37
Tabela 9: Variação anual da presença de eletrodomésticos nos domicílios: 2008 - 2013.....	42

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN	Banco Central do Brasil
CDC	Crédito Direto ao Consumidor
CF/88	Constituição Federal de 1988
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IOF	Imposto sobre Operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativo a títulos mobiliários
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
NCM	Nomenclatura Comum do MERCOSUL
PIA	Pesquisa Industrial Anual
PIB	Produto Interno Bruto
PIM - PF	Produção Industrial Mensal – Produção Física Brasil
PIM-PIA	Pesquisa Industrial Mensal e Anual
PMC	Pesquisa Mensal do Comércio
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra Por Domicílio
POF	Pesquisa de Orçamento Familiar
TIPI	Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados
SCN	Sistema de Contas Nacionais
SGS	Sistema Gerenciador de Séries Temporais
SPE	Secretaria de Política Econômica
TCU	Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	9
1.1.	OBJETIVOS	11
1.1.1.	Geral	11
1.1.2.	Específicos	11
1.2.	METODOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	11
2.	POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DE INCENTIVO AO CONSUMO	14
2.1.	POLÍTICAS INTERVENCIONISTAS DE INCENTIVO À ECONOMIA	14
2.2.	CENÁRIO BRASILEIRO DIANTE DA CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL	16
2.3.	INSTRUMENTOS DE INCENTIVO AO CONSUMO	22
2.3.1.	<i>Imposto sobre Produtos Industrializados</i>	23
2.3.2.	<i>Imposto sobre Operações Financeiras</i>	24
3.	O SETOR DE ELETRODOMÉSTICOS	26
3.1.	O SETOR DE ELETRODOMÉSTICOS NO BRASIL	26
3.2.	A LINHA BRANCA	29
4.	ANÁLISE E RESULTADOS	31
4.1.	INCENTIVOS AO SETOR DA LINHA BRANCA	31
4.1.1.	<i>Primeiro período: de 2008 a 2010</i>	32
4.1.2.	<i>Segundo período: 2011 a 2013</i>	34
4.2.	ANÁLISE DO IMPACTO DAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS SOBRE A LINHA BRANCA	39
5.	CONCLUSÃO	46

REFERÊNCIAS.....	49
APÊNDICE.....	57

1. INTRODUÇÃO

Os anos de 2008 e 2009 foram marcados por uma crise financeira internacional. Iniciada em meados de 2007, no mercado imobiliário de hipotecas residenciais dos Estados Unidos, a crise refletiu em várias economias ao redor do mundo. "Com o enfraquecimento de grandes empresas, os economistas falando em colapso, o crédito travado. O Brasil foi afetado. Era impossível não ser" (LEITÃO, 2011, p. 416).

Diante dos primeiros efeitos da crise no Brasil, no quarto trimestre de 2008, com objetivo de evitar uma forte desaceleração da economia, o Governo Federal brasileiro iniciou um pacote de estímulos à demanda interna. Dentre as medidas adotadas se destacam a facilitação do crédito e a desoneração tributária de alguns setores. O enfoque foi dado principalmente para o setor automobilístico, de construção civil e de móveis e eletrodomésticos, os quais sentiram a queda da produção e diminuição acentuada de suas vendas (TCU, 2009).

A pressuposição do governo ao lançar diversas políticas de incentivo ao consumo e facilitação do crédito é que tornariam mais atrativa a aquisição de determinados produtos. Com isso, a produção e os investimentos reagiriam positivamente e a população passaria a ter acesso a bens a melhores preços, o que geraria um incremento nas vendas e, consequentemente, manteria o crescimento do país colaborando para manutenção do emprego¹.

Um dos indicadores de consumo para a indústria é o varejo pois, é com base principalmente nas vendas a varejo que são feitos os planejamentos de produção e são tomadas as decisões de investimentos. Para Faleiros (2009), também é um excelente indicador para o mercado financeiro do movimento do crédito ao consumidor.

No que diz respeito às políticas sobre o setor de eletrodomésticos, o Governo, a partir de abril de 2009, deu início a sucessivas alterações nas alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidentes sobre os produtos da linha branca. Também realizou modificações na alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre operações de

¹ A questão do emprego, todavia não é de escopo desse estudo.

crédito com pessoas físicas a partir de dezembro 2008. Ao reduzir a alíquota deste último imposto facilita o acesso ao crédito e incentiva o consumo.

Nesta direção, a despeito da escassez de dados e do período de análise ser parte de um passado muito recente, pretende-se levantar algumas hipóteses sobre a efetividade das políticas governamentais brasileiras quando na manutenção do nível de demanda do varejo e da atividade econômica diante da crise financeira internacional de 2008. O objeto do estudo são os eletrodomésticos da linha branca

É importante ressaltar que há divergências na determinação da abrangência do segmento da linha branca. Uns, como Santos et. al (1995), consideram os condicionadores de ar e os fornos de microondas como produtos pertencentes a linha branca. Já o IBGE (2004a) os considera como linha marrom. Para fins desse estudo são considerados eletrodomésticos da linha branca: fogões, máquinas de lavar e secar roupas, refrigeradores e congeladores (*freezers*).

A escolha do segmento da linha branca especificamente ocorreu em função da essencialidade desses produtos. Nos dias de hoje a ausência de eletrodomésticos como uma geladeira ou um fogão, por exemplo, é vista como indicativo de pobreza como sugerem Caldas e Sampaio (2015). Para tanto, muitas vezes são utilizados pela mídia como “termômetro” geral da economia (MASCARENHAS, 2005).

Além da essencialidade desses produtos, outro ponto relevante é que esses são, em geral, bens de alto valor unitário “[...] e com grande capacidade de induzir outras atividades econômicas ao longo da cadeia produtiva” (IPEA, 2009, p. 3). Isso explica a preocupação do Governo diante da retração de 13% no ritmo de crescimento da variação anual do volume de vendas do segmento de móveis e eletrodomésticos ocorrida entre os anos de 2008 e 2009, após cinco anos de crescimento consecutivos da categoria, segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio - PMC (IBGE, 2008a; 2009).

Atrelado a esses fatores motivadores “[...] as rápidas e importantes mudanças ocorridas nos últimos 10 anos no desempenho da economia nacional, e, conseqüentemente, no padrão de consumo das famílias brasileiras, impactaram diretamente a indústria metalúrgica nacional” (CADAMURO *et al.*, 2012, p. 2). Visa-se, dessa forma, analisar o efeito das políticas anticíclicas de incentivo ao consumo sobre as vendas dos eletrodomésticos da linha branca e presença nos domicílios. As políticas analisadas serão a desoneração nas alíquotas do IPI e do IOF implantadas pelo Governo brasileiro a partir do ano de 2008.

O estudo também é motivado pela carência de trabalhos específicos do setor. Em vista disso, o presente estudo busca suprir de dados, informações e análises do setor de eletrodoméstico da linha branca.

Diante do pacote de estímulos à demanda interna, como o que foi adotado pelo Governo Federal, com a intenção de manter em um patamar elevado as vendas e a atividade econômica, questiona-se se na prática essas medidas se mostraram efetivas ao que se objetivaram.

1.1. OBJETIVOS

1.1.1. Geral

Levantar algumas hipóteses sobre o impacto das políticas governamentais brasileiras de incentivo ao consumo sobre as vendas e a presença dos eletrodomésticos da linha branca nos domicílios brasileiros diante da crise financeira internacional no período de 2008 a 2013.

1.1.2. Específicos

- a. Descrever as políticas governamentais de desoneração do IPI e IOF que impactam o setor de eletrodomésticos da linha branca no período analisado;
- b. Examinar a efetividade dessas políticas quando na manutenção do nível de demanda de eletrodomésticos da linha branca e da atividade econômica.

1.2. METODOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O estudo se classifica como analítico e exploratório, pois visa se familiarizar com o fenômeno e buscar maiores informações sobre este (GARCES, 2010). E também, pois realiza descrições da situação e quer descobrir as relações existentes entre seus elementos componentes (CERVO *et al.*, 2007).

Adota-se o método de estudo de caso uma vez que o propósito é descrever a situação do contexto em que está sendo feita a investigação e formular hipóteses (GIL, 2010). A hipótese é uma proposição que se faz na tentativa de verificar a validade da resposta existente e uma

suposição que antecede a constatação. Todavia, “[...] a pesquisa exploratória não requer que as hipóteses levantadas sejam testadas, restringindo-se a definir objetos e buscar informações sobre o assunto de estudo” (CERVO, 2007. p. 63).

A análise do impacto das políticas governamentais de incentivo ao consumo será construída a partir de dados de vendas e de presença dos eletrodomésticos da linha branca nos domicílios. Será considerado também a representatividade das vendas de eletrodomésticos para o setor varejista.

O período de estudo compreende uma série histórica de seis anos, de 2008 a 2013, e as análises serão feitas a partir de dados reais extraídos, em sua maioria, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física Brasil (PIM - PF) e Pesquisa Industrial Anual (PIA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e também dados do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

A primeira se trata de uma pesquisa por amostra probabilística de domicílios de abrangência nacional, a segunda produz indicadores que permitem acompanhar o comportamento conjuntural do comércio varejista no país. E por fim, a terceira e quarta produzem indicadores de produção física com o objetivo de fornecer uma estimativa do movimento de curto prazo do produto real da indústria.

Serão utilizados também decretos federais e trabalhos publicados sobre o comércio varejista e bens de consumo duráveis, bem como sobre incentivos fiscais. Todavia, há pouca literatura que trate em específico do setor de eletrodomésticos da linha branca e muitas informações sobre o setor são apresentadas de forma consolidada junto com as do setor moveleiro.

No que tange à estrutura deste estudo, apresenta-se o conteúdo integrante através da nomeação por capítulos.

O Capítulo 1 apresenta à introdução, o tema e problema da pesquisa, assim como delinea as principais justificativas para a realização deste estudo, explicitando-se o motivo em discorrer sobre o tema abordado, bem como os objetivos que se pretende alcançar e a apresentação do trabalho.

O Capítulo 2 descreve inicialmente o cenário econômico brasileiro nos anos de 2008 e 2009 quando a crise atingiu o país. Em seguida, apresenta-se uma contribuição dos teóricos defensores da intervenção econômica e políticas anticíclicas tendo Keynes como precursor. E, por

fim, discorre a respeito dos instrumentos de política econômica utilizados, com destaque para o IPI e IOF.

A fim de fomentar a análise proposta neste estudo, o Capítulo 3 se destina ao setor de eletrodomésticos e a linha branca. Apresentam-se definição, histórico e contextualização dos eletrodomésticos da linha branca no Brasil.

O Capítulo expõe as políticas gerais de incentivo ao consumo exercidas pelo Governo e as direcionadas especificamente ao setor de eletrodomésticos da linha branca dividido em dois momentos: de 2008 a 2010 e de 2011 a 2013, devido ao período apresentar características distintas. Examina-se e levanta-se algumas hipóteses do impacto das políticas de incentivo ao consumo sobre as vendas e sobre a presença de eletrodomésticos da linha branca nos domicílios brasileiros.

O Capítulo 5 contempla as conclusões e hipóteses levantadas além das limitações do estudo e sugestões para trabalhos futuros.

Por fim, as referências bibliográficas utilizadas como embasamento técnico e teórico.

2. POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DE INCENTIVO AO CONSUMO

Com o intuito de contribuir para a análise das políticas de incentivo ao consumo adotadas pelo Governo brasileiro diante da crise de 2008, este capítulo se divide em três seções. Inicialmente, na seção 2.1, apresenta-se uma contribuição dos teóricos defensores da intervenção econômica e políticas anticíclicas. Na seção 2.2, descreve-se o cenário econômico brasileiro nos anos de 2008 e 2009 quando a crise atingiu o país. Por fim, discorre-se, na seção 2.3, conceitualmente a respeito do IPI e IOF.

2.1. POLÍTICAS INTERVENCIONISTAS DE INCENTIVO À ECONOMIA

O economista Greg Mankiw, em um dos seus mais populares livros (Princípios de microeconomia) enunciou dez princípios considerados por ele vitais para a saúde da política econômica de qualquer país. Entre esses, o sétimo consistiu em ressaltar a importância da ação dos Governos na economia para melhorar os resultados dos mercados e, questionar a teoria econômica clássica da mão invisível e dos mercados auto-reguláveis de Smith (1996).

Segundo Mankiw (2009), a intervenção na economia se justifica por apenas dois motivos genéricos: promover a eficiência e promover a igualdade. Essa interferência é especialmente bem vinda quando existem as chamadas falhas de mercado, por conta de uma má alocação dos recursos.

Nos anos de 2007 e 2008 puderam ser observadas falhas na regulação financeira e na condução da política monetária, o que desencadeou a crise internacional de 2008. Bancos americanos de credibilidade classificada até então de baixíssimo risco, como relatou Villela (2014), vieram à falência, impactando nas economias do mundo todo.

Em decorrência desta crise, suscitou uma tendência mundial de questionamento do papel dos Governos. Esse tipo de questionamento ocorre principalmente em contexto de pós crise onde

se exige um maior equilíbrio entre o mercado financeiro e o Governo, como enunciou Joseph Stiglitz, ganhador do prêmio Nobel de Economia 2001²:

A lição mais importante da crise é buscar um equilíbrio entre mercado e governo. Os mercados estão muito instáveis e ineficientes. A sociedade está começando a repensar o equilíbrio entre mercado e governo e criar nova base para a economia política daqui para frente.

O debate sobre a intervenção do Estado³ na Economia sempre esteve presente na história do capitalismo. Seus defensores e críticos, sob diferentes argumentos, procuraram justificar sua posição favorável ou contrária a essa intervenção estatal.

Esse debate é importante para compreender as bases da intervenção do Governo a partir da crise de 2008 e das políticas de incentivo ao consumo adotadas para conter os efeitos negativos na economia. Desse modo, analisa-se as contribuições do principal defensor da intervenção na economia, John Maynard Keynes.

De acordo com a visão ortodoxa, as políticas econômicas ativistas não têm efeito sobre variáveis reais (PAULA, 2014). Milton Friedman é símbolo dessa máxima ortodoxa e um dos principais defensores do estado mínimo (FRIEDMAN, 1977). Já John Maynard Keynes foi o precursor da ideia contrária. Para Keynes (1996), deve haver uma complementaridade entre o Estado e o mercado e a intervenção seria necessária em função da incapacidade de autorregulação do sistema, justamente ao contrário do que diziam os liberais.

Keynes defendeu uma política econômica de Estado intervencionista, por intermédio do qual os Governos usariam medidas fiscais e monetárias para mitigar os efeitos adversos dos ciclos econômicos, como recessão, depressão e *booms* de forma que promovesse o crescimento com distribuição de renda. “O Estado deverá exercer uma influência orientadora sobre a proporção a consumir, em parte através de seu sistema de tributação, em parte por meio da fixação da taxa de juros e, em parte, talvez, recorrendo a outras medidas” (KEYNES, 1996, p. 345).

A teoria keynesiana ganhou mais visibilidade entre as autoridades econômicas governamentais depois da experiência de condução da demanda durante a guerra nos Estados Unidos e no Reino Unido na década de 1970 (LÓPEZ; PUCHET, 2008).

² Discurso proferido no Exame Fórum, encontro promovido pela revista Exame em 11 de maio de 2009 (OLIVEIRA, 2009).

³ Os autores do século XX utilizam o termo Estado, entretanto, ao longo deste estudo, utiliza-se termo Governo. Não é objeto deste estudo discursar acerca das diferenças entre os termos e significados.

Além de Keynes, Polanyi (1980) desenvolveu a concepção de mercados regulados e trouxe também à tona a necessidade de complementaridade entre Estado e mercados. O autor afirma que mercados modernos são instituições socialmente construídas e por isso devem ser organizadas e reguladas pelos Estados.

Segundo Stiglitz (1999, *apud* Paula, 2008, p. 218) “[...] o Estado deve agir como complemento dos mercados, ao contrário da visão de Estado minimalista, não intervencionista. [...] O Estado deve adotar ações que façam os mercados funcionarem melhor, procurando corrigir as falhas”.

Sobre a expansão e desenvolvimento do crédito para o consumo nos EUA na década de 1970, López e Puchet (2008, p. 33) afirmam que “[...] o desenvolvimento do crédito ao consumo [...] foi o que permitiu reduzir o atraso entre a ampliação na renda e no gasto, já que o acesso ao crédito possibilitou a aquisição dos novos bens sem a necessidade de uma poupança prévia de grande magnitude”.

Seguindo essa linha ideológica o Governo brasileiro abandona o pilar ortodoxo em favor da maior intervenção do Estado na economia (MIRANDA, 2014). As medidas intervencionista adotadas pelo Governo serão apresentadas no próximo capítulo. A próxima seção se dedica a descrever o cenário econômico brasileiro nos anos de 2008 e 2009 quando a crise atingiu o país.

2.2. CENÁRIO BRASILEIRO DIANTE DA CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL

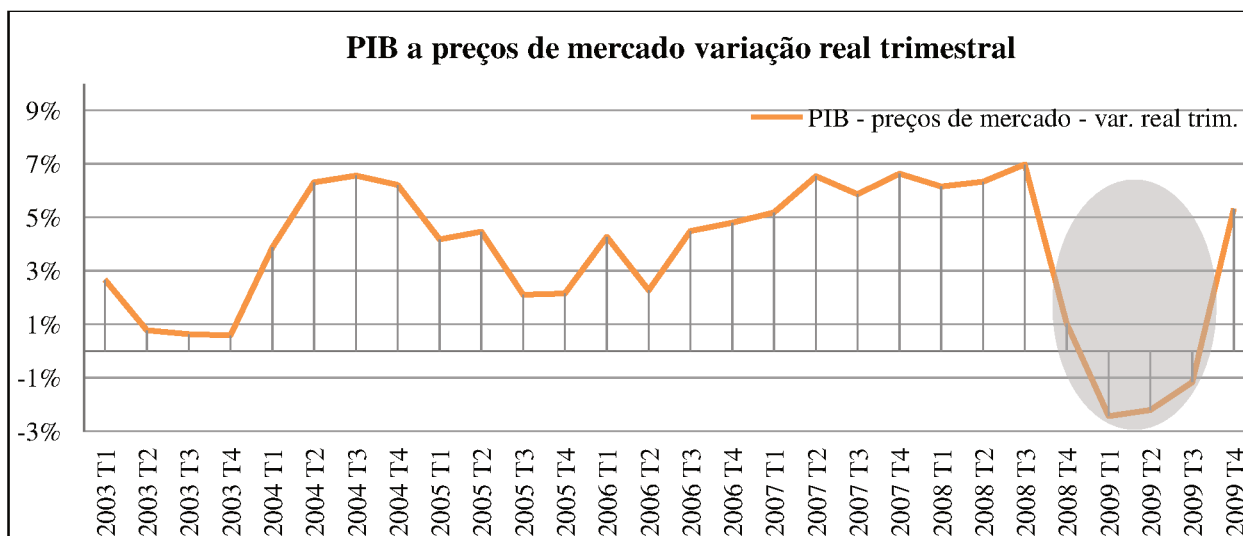
O que hoje convencionou-se chamar de crise financeira internacional começou nos Estados Unidos no mercado imobiliário de hipotecas residenciais em 2007 e, é considerada por Moreira e Soares (2010, p. 11) a “[...] mais grave crise financeira desde os anos 1930”.

Devido a forte integração do sistema financeiro internacional, o Brasil foi afetado, assim como as demais economias, cada qual em determinada proporção. Os efeitos da crise começaram a ser sentidos no país a partir do último trimestre de 2008 quando as economias desenvolvidas e emergentes tiveram seus resultados afetados e se intensificaram traduzindo o impacto das crescentes restrições registradas no mercado de crédito (BACEN, 2008).

Os primeiros sintomas de que a crise havia atingido o país foram sentidos nas contas nacionais. O PIB do Brasil durante os primeiros trimestres de 2008 apresentou taxas de

crescimento acima de 6%, reflexo do ciclo de crescimento econômico que teve início em 2006 como pode ser observado no Gráfico 1.

Gráfico 1: Variação real trimestral do PIB a preços de mercado nos anos de 2003-2009.



Fonte: elaboração própria com base nos dados do SCN do IBGE de 2003 a 2009⁴.

O crescimento de pouco mais de 1% do PIB, no último trimestre de 2008, foi a confirmação de que a crise havia atingido a economia brasileira. Os efeitos sobre a economia se agravaram ainda mais nos dois primeiros trimestres de 2009. No segundo trimestre a retração foi de 2,43% conforme o Gráfico 1.

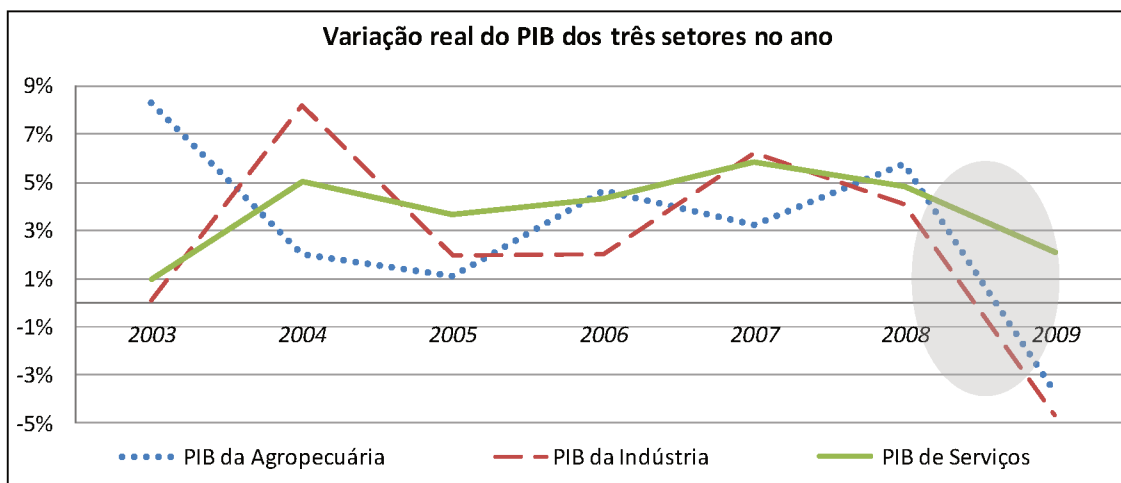
A inflexão dessa tendência só foi visível do terceiro trimestre em diante a partir das políticas anticíclicas adotadas pelo Governo sobre setores econômicos estratégicos.

Dos três setores da economia, o setor da indústria foi o setor mais sensível à crise no país (Gráfico 2). Junto ao setor de serviços, respondem pela retração do PIB no período em que a crise atinge o país, área destacada nos Gráficos 1 e 2.

No ano de 2009 a indústria apresentou uma retração de aproximadamente 5% frente ao ano de 2008, conforme pode ser observado no Gráfico 2⁵.

⁴ Dados trimestrais disponíveis no SCN - Sistema de Contas Nacionais - do IBGE dos anos de 2003 a 2009. Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=ST12>

⁵ Elaboração própria com base nos dados anuais de 2003 a 2009 das séries temporais nº 7327, 7328, 7329 do SGS – Sistema Gerenciador de Séries Temporais- v.2.1 do Bacen (2016).

Gráfico 2: Variação real do Produto Interno Bruto dos três setores no ano: 2003 - 2009

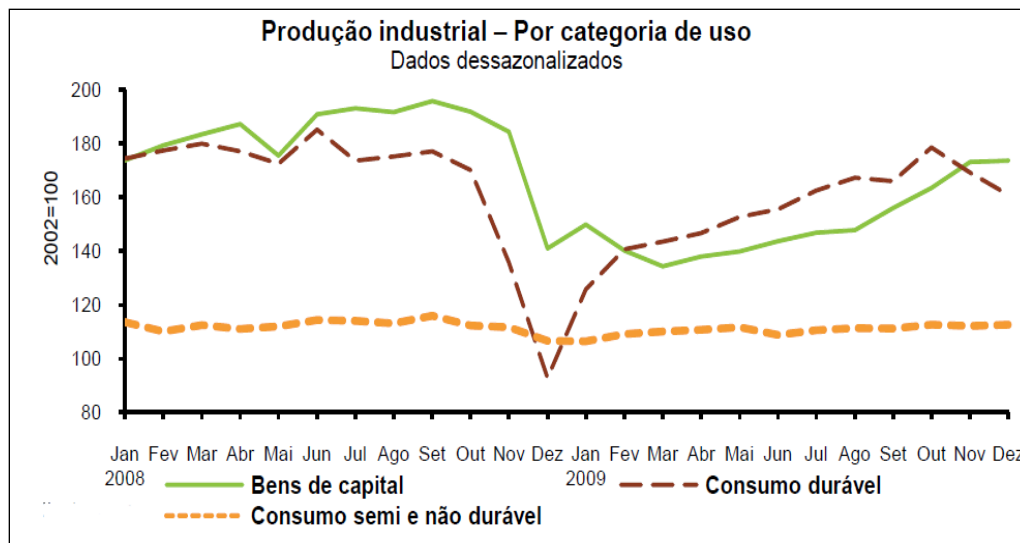
Fonte: Elaboração própria através do SGS do Bacen (2016).

No que concerne ao setor industrial, setor contemplado neste estudo, o recuo de 12,4% da produção industrial na passagem de novembro para dezembro de 2008 foi a mais acentuada da série histórica e levou o patamar de produção a nível próximo ao observado em março de 2004, segundo a Pesquisa Industrial Mensal - PIM de dezembro de 2008 (IBGE, 2008c).

“Os efeitos da crise sobre a indústria brasileira materializaram-se, principalmente, pelas vias comercial e creditícia” (BACEN, 2009, p. 24). Diante da dependência econômica brasileira, com a retração do comércio mundial, ocasionada pela escassez do crédito necessário ao financiamento das exportações e importações, e com a descontinuação do financiamento comercial, via estagnação dos recursos necessários aos investimentos, o comércio e o mercado de crédito brasileiro foram fortemente atingidos (MOREIRA; SOARES, 2010).

A escassez do crédito afetou principalmente a disponibilidade de capitais para investimento e aquisição de bens de maior valor unitário, movimento este que, num cenário de pessimismo na formação de expectativas por parte dos empresários e consumidores, afetou negativamente os setores industriais produtores de bens de capital e de bens de consumo duráveis. Pode-se observar esse movimento através do Gráfico 3 da produção industrial fragmentado por categoria de uso.

Gráfico 3: Produção industrial por categoria de uso dados dessazonalizados: 2008-2009.



Fonte: Bacen (2009).

Os produtores de bens de consumo duráveis foram significativamente mais afetados em dezembro de 2008. “A mudança súbita no estado de expectativas – em face de um possível quadro recessivo – fez com que os empresários adiassem seus investimentos e reduzissem a produção, e os banqueiros aumentassem a preferência pela liquidez, retraindo a oferta de crédito à indústria” (IPEA, 2011, p. 10).

Em setembro de 2008, aproximadamente 20% da oferta de crédito doméstico tinha como fonte a captação de recursos no mercado externo. Porém, esta fonte esgotou-se durante os primeiros meses da crise, conforme Relatório de Gestão de 2009 da Secretaria de Política Econômica - SPE (BRASIL, 2010a).

Nesse contexto, a ação dos bancos públicos foi fundamental para sustentar o volume de crédito ao setor industrial conforme ilustra a Tabela 1.

Tabela 1: Taxa de crescimento real do estoque de crédito para indústria de 2007 a 2009.

	2007	2008	2009
Bancos Públicos	14,48%	30,35%	20,43%
Bancos Privados Nacionais	25,11%	23,34%	-3,35%
Bancos Privados Estrangeiros	24,54%	24,13%	-13,62%

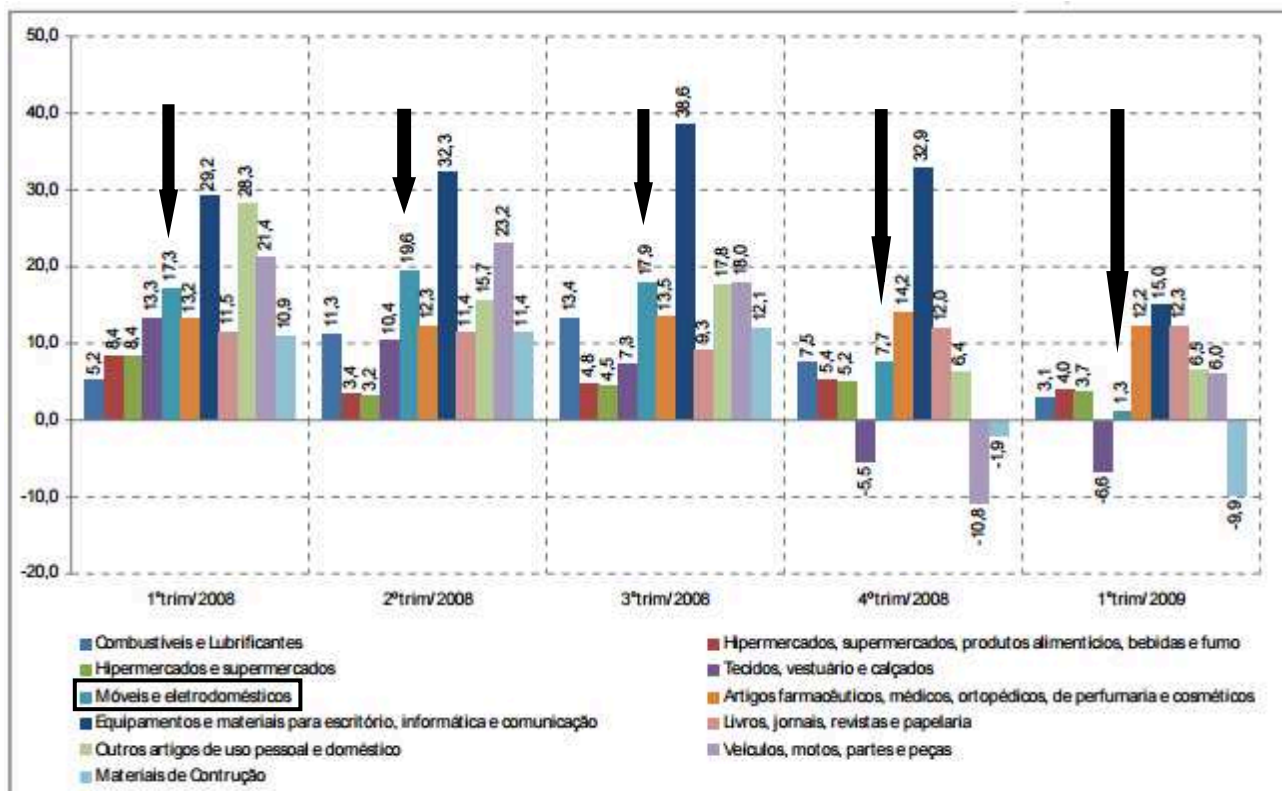
Fonte: Elaboração própria com base em IPEA (2011).

Em 2008, os bancos privados, tanto nacionais quanto estrangeiros, reduziram significativamente a oferta de crédito, que passou a ser sustentada pelos bancos públicos como parte da estratégia do governo federal para enfrentar a crise econômica internacional (IPEA, 2011).

Nas políticas adotadas pelo Governo brasileiro para conter a crise foi atribuída significativa importância para o comércio por se identificar neste um importante componente da demanda de muitos setores da economia. Ademais, “[...] no ano de 2009, o fluxo de comércio mundial apresentou a maior contração desde a Segunda Guerra Mundial: 12,2% em relação ao ano anterior” (CATERMOL; LAUTENSCHLAGER, 2010, p. 16), o que fez com que se direcionasse ainda mais a atenção a este.

O Gráfico 4 apresenta a evolução do volume de vendas no comércio varejista por segmento. Os dados são trimestrais, o que proporciona melhor visualização do efeito da crise sobre as vendas, destacando os dados para o segmento de móveis e eletrodomésticos. Este último, foco deste estudo.

Gráfico 4: Evolução percentual do índice trimestral do volume de vendas no comércio varejista por segmento no Brasil: 2008 - 2009



Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE (2009) - grifos da autora.

Durante os três primeiros trimestres de 2008, o segmento de móveis e eletrodomésticos apresentou crescimento das vendas superior a 17%. No entanto, no primeiro trimestre de 2009, as vendas que vinham retraindo desde o último trimestre no ano anterior, apresentaram crescimento de pouco mais de 1% com relação ao mesmo período de 2008.

Diante do exposto, o Governo lançou diversos incentivos para estimular a demanda interna a fim de minimizar e/ou reverter o efeito sobre a economia. O foco foram os segmentos que tiveram maior impacto sobre as vendas: automóveis, materiais de construção, móveis e eletrodomésticos (Gráfico 4).

Os instrumentos de política econômica relevantes à este estudo serão descritos conceitualmente na seção subsequente.

2.3. INSTRUMENTOS DE INCENTIVO AO CONSUMO

Diante da crise econômica internacional o Governo brasileiro adotou como estratégia, para proteger e alavancar a economia, o consumo.

Ao adotar um pacote de estímulos à demanda interna o Governo objetivou manter um patamar elevado de atividade econômica, por acreditar que isso favoreceria a tomada de decisões de investimento pelos empresários.

A pressuposição do governo é que as políticas de estímulo a demanda interna por meio de reduções do IPI tornariam mais atrativa a aquisição de determinados produtos e, por sua vez, as políticas de redução do IOF facilitariam o acesso ao crédito e também incentivariam o consumo. Com isso, a produção e os investimentos reagiriam positivamente e a população passaria a ter acesso a bens a melhores preços, o que geraria um incremento nas vendas e, conseqüentemente, manteria o crescimento do país colaborando para manutenção do emprego. A validação dessa pressuposição para o crescimento das vendas de eletrodomésticos da linha branca é apresentada no último capítulo deste estudo.

Tratando-se dos instrumentos, a política tributária, como apontam Meurer e Samohyl (2001), envolve os aspectos relativos à arrecadação efetiva do governo bem como às suas desistências de arrecadações caracterizadas pelos incentivos fiscais. Portanto, a redução no IPI pode ser entendida como um incentivo fiscal ao setor que se aplicar.

A política tributária é ainda considerada segundo Martin (1998, p. 332), “[...] a chave para a orientação democrática do desenvolvimento econômico, sem intervenções dirigistas e burocráticas no mercado”.

Não obstante, o crédito desempenha importante papel na economia. Representa a força motriz para o financiamento do consumo das famílias e para os investimentos dos setores produtivos (DIEESE, 2014).

Dessa forma, a redução dos impostos, seja IPI ou IOF, é peça fundamental na contenção dos efeitos da crise no país.

Descreve-se conceitualmente acerca do IPI e IOF. Já as alterações nas alíquotas dos impostos serão analisadas no quarto capítulo.

2.3.1. *Imposto sobre Produtos Industrializados*

O IPI se trata de um imposto indireto. Incide na saída do produto industrializado do estabelecimento industrial, seja nacional ou estrangeiro, no momento da importação e a quantia do aludido é repassada para o consumidor final (BRASIL, 2010b). Por ser indireto o Imposto é embutido no preço final do produto e não é explicitado na Nota Fiscal.

As alíquotas do Imposto são fixadas por produto seguindo a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) e publicadas na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI). Além disso, são atribuídas com base no princípio da seletividade (§I, do parágrafo 3º, do artigo nº 153 da CF/88), o qual disciplina que deverá ser levada em consideração o grau de essencialidade do produto (BRASIL, 1988). Ou seja, como ressaltam Marques e Angelo (2012), quanto menos supérfluo se tratar o bem, menor deverá ser a sua tributação e, o contrário, quanto mais supérfluo for, maior deverá ser a alíquota. Ao incidir uma alíquota menor sobre determinado bem de consumo, em razão da maior essencialidade deste, o acesso a esse bem por parte da população em geral é facilitado.

O imposto possui finalidade fiscal, ou seja, arrecadatória. No entanto, alguns impostos como é o caso do IPI, são considerados extrafiscais, pois por meio deste o Governo pode tanto incentivar a comercialização de determinados produtos como desestimular a compra de outros na forma de isenções, benefícios fiscais, dentre outros. Como bem observou Vieira (2011) “[...] a extrafiscalidade se presta para a intervenção estatal na economia através da disciplina de condutas, possuindo caráter regulatório”.

Outra característica intrínseca ao IPI que, aliada a extrafiscalidade e essencialidade, reforça seu caráter especial e relevância para a política econômica é que não é necessário esperar o início do próximo exercício financeiro para alterar a alíquota do imposto, ou seja, não obedece ao princípio da anterioridade descrito no art. 150, da CF/88 (BRASIL, 1988).

Dessa forma, diante da crise e da rapidez com que o cenário político e financeiro se transforma, o Governo Federal, com a pretensão de alavancar o consumo interno, a partir de abril de 2009 deu início a uma série de reduções nas alíquotas do Imposto de modo a intervir de forma imediata. Uma vez que desonera a cadeia produtiva o produto final também tem seu valor reduzido.

2.3.2. *Imposto sobre Operações Financeiras*

O IOF, imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativo a títulos mobiliários, ou simplesmente, Imposto sobre Operações Financeiras, trata-se de um tributo regulatório de âmbito federal e instituído por lei que incide sobre pessoas físicas e jurídicas tomadoras de crédito (BRASIL, 2007).

Sua importância se deve à função de auxiliar na regulamentação da atividade econômica do país e também na fiscalização das movimentações financeiras. Uma vez que, por meio deste, o Governo pode avaliar e controlar o nível de oferta e demanda de crédito.

A fim de corroborar com o objetivo principal do estudo - que recai sobre políticas de incentivo ao consumo, analisa-se neste apenas o imposto que incide sobre operações de crédito com pessoas físicas⁶. Englobam operações de crédito para pessoa física: crédito direto ao consumidor (CDC), crédito consignado, rotativo de cartão de crédito e cheque especial.

Essas operações de crédito podem ser contratadas por pessoas físicas (consumidores) quando desejarem adquirir um bem diretamente, através do CDC ou, indiretamente, através da contratação de um empréstimo consignado.

O crediário adquirido em lojas de departamento, opção de muitos brasileiros para adquirir bens de consumo, é uma forma de CDC e também pode ser concedido por instituições financeiras e bancos. Já o crédito consignado se trata de uma modalidade de empréstimo fácil e rápido pois, não necessita passar por aprovação. O bem é pago integralmente no momento da compra através do crédito adquirido e o desconto da prestação é feito diretamente na folha de pagamento ou, no caso de aposentados e pensionistas, do benefício previdenciário do contratante (PROTESTE, 2012).

Noutra circunstância, se o consumidor já possuir uma dívida no cartão de crédito e não conseguir quitá-la integralmente existe outras duas modalidades que podem ser acionadas: rotativo de cartão de crédito e o cheque especial. Sobre todas essas operações de crédito citadas, incide uma única tarifa de IOF o que varia são os juros cobrados por cada instituição e operação.

⁶ Não é escopo deste estudo o Imposto que incide sobre operações de crédito realizadas por empresas e entre pessoas jurídicas, bem como operações de câmbio, seguros, ativo financeiro, instrumento cambial, seguros e relativas a títulos ou valores mobiliários.

Assim sendo, diante dos primeiros sinais de retração do consumo o Governo reduziu a alíquota do IOF para tornar o crédito mais acessível e atrativo e com isso financiar o consumo e investimentos.

A fim de fomentar a análise proposta neste estudo, o capítulo seguinte se destina ao setor de eletrodomésticos da linha branca; apresenta-se o setor, definição e histórico.

3. O SETOR DE ELETRODOMÉSTICOS

O setor de eletrodomésticos integram a indústria de bens de consumo duráveis. Como o próprio nome enuncia, o ciclo de vida e uso desses produtos junto ao consumidor compreende um período razoável de tempo, não sendo consumido ou sofrendo um desgaste imediato.

Fazem parte desse setor os eletrodomésticos da linha marrom e da linha branca. Compreendem os produtos da linha marrom aparelhos de som, televisão e eletroeletrônicos (IBGE, 2004a). No que se refere à linha branca, foco da análise, não há consenso quanto aos produtos que a compõem principalmente no que se refere à fornos de microondas e aparelhos de ar condicionado.

Com a finalidade de apresentar o setor de eletrodomésticos, histórico e definição dos produtos que o compõe, este capítulo se divide em duas seções. Na seção 3.1, apresenta-se um apanhado histórico sobre os eletrodomésticos: entrada no Brasil e sua crescente importância para as famílias brasileiras. E na seção 3.2, discorre-se especificamente quanto ao segmento da linha branca: definição e caracterização.

3.1. O SETOR DE ELETRODOMÉSTICOS NO BRASIL

Quando se fala no que são eletrodomésticos imediatamente vem à luz utensílios domésticos movidos à eletricidade. O dicionário Houaiss (2009, p. 728) auxilia através da definição: “[...] diz-se de ou utensílio ligado à eletricidade e usado para proporcionar comodidade, lazer ou auxiliar nas tarefas domésticas”. Foi essa ideia que começou a ser difundida no Brasil a partir da segunda metade do século XX, quando os eletrodomésticos passaram a ganhar visibilidade e as “condições práticas para a produção e consumo de eletrodomésticos no Brasil estavam praticamente criadas” (ARRUDA, 2007, p. 370).

Vale destacar que a inclusão dos eletrodomésticos nas casas das famílias brasileiras não ocorreu tão facilmente. Foi preciso mudar hábitos e comportamentos. Nesse sentido, por volta da década de 1950, a publicidade teve um papel importantíssimo na apresentação e introdução dos

eletrodomésticos, ressaltando suas funções práticas, aspectos físicos e funcionais. Como ressalta Fujisawa (2006), a propaganda incentivou a popularização do consumo, explorando os meios de comunicação para vender produtos, estabelecer comportamentos e divulgar uma cultura produzida, além de criar hábitos, despertar necessidades e modernizar os desejos.

De acordo com Arruda (2007) a propaganda produziu um ideal de vida doméstica, movida à eletricidade, distante das condições reais em que vivia a grande parte população brasileira e, ao longo do tempo esse ideal se tornou referência e um modelo para a sociedade.

“Para classe média um carro na garagem, uma geladeira na cozinha e uma vitrola na sala de visitas eram símbolos de status, fatores de diferenciação social” (O FUTURO, 1996, p. 48). Os eletrodomésticos passaram a ser sinônimos de facilidade, comodidade, conforto, praticidade, beleza e modernidade (BORGES, 2008). Além disso, os eletrodomésticos possibilitaram a libertação de exaustivas tarefas domésticas, principalmente para as mulheres, que cada vez mais passam a trabalhar também fora de casa e ganhar mais espaço no mercado de trabalho (O FUTURO, 1996).

As propagandas de eletrodomésticos na década de 1970 remetiam a imagem da família e exaltavam como a cultura dos eletrodomésticos no Brasil foi criada, como é possível perceber neste trecho de Arruda (2007, p. 375):

Propagandas de refrigeradores Brastemp produzidas para a televisão nesse período sugeriam que a compra do refrigerador era uma necessidade a partir do momento em que se casava. A ideia é de que o casamento trazia filhos, a família crescia e tornava indispensável a compra ou troca do refrigerador antigo por um novo e maior. A ideia inclusive, é que havia um modelo de refrigerados para cada tamanho de família.

Além da publicidade, “[...] a política de nacionalização da produção industrial e a melhora do quadro energético do país – mesmo que este ainda sofresse períodos de instabilidade no fornecimento – mostravam-se incentivos eficazes à expansão do setor” (O FUTURO, 1996, p. 48).

O país vivenciou momentos sob ditadura militar (1964-85) com intensa repressão, tortura e perseguição política, mas, ao mesmo tempo, momentos de intensa modernização (1956-61) e crescimento econômico (1968-73). O surgimento e facilidades do crediário nos anos 1950 e também o período conhecido como “milagre econômico” permitiu a um número cada vez maior

de brasileiros o acesso a bens de consumo duráveis, como os automóveis e os eletrodomésticos. De 1968 a 1973, por exemplo, o setor de bens de consumo duráveis teve um aumento médio de 26% ao ano (BELLINGIERI, p. 4).

Ademais, a política governamental de substituição de importações representou uma oportunidade para a indústria nacional crescente. Dentre os anos de 1955 a 1962, a economia brasileira atraiu volume considerável de investimentos públicos e privados (O FUTURO, 1996).

A partir de 1994, com o Plano Real e a estabilização econômica o setor de eletrodomésticos passou por grandes transformações que ressaltaram sua importância do ponto de vista de peso econômico (MASCARENHAS, 2005). Conforme Cadamuro *et al.* (2012) a linha branca sofreu um processo de desnacionalização com a venda das grandes empresas familiares para as grandes multinacionais estrangeiras, o que atraiu investimentos diretos estrangeiros e fomentou a reestruturação produtiva, bem como alterou a estrutura e estratégia de atuação das empresas do segmento.

Entre as principais multinacionais do setor que se instalaram no Brasil estão: a sueca Eletrolux, a norte-americana *Whirlpool Corporation*, dona das marcas *Brastemp*, *Consul* e *KitchenAid*, a mexicana Mabe com a filial *Mabe Brasil Eletrodomésticos*⁷, responsável pelas marcas *Continental*, *Dako*, *General Eletric (GE)* e *Bosch*, a coreana *Samsung* e a japonesa *Panasonic Corporation*.

Com origem na década de 1990, uma tendência mundial do setor é a busca de redução do consumo energético e dos efeitos ambientais nocivos (SANTOS *et al.*, 1995). Desenvolver produtos, sistemas e serviços que reduzam o uso de recursos não renováveis e o impacto ambiental é uma tarefa que vem sendo enfrentada por empresas e Governos ao redor do mundo.

Desde a década de 1990 até os dias atuais a indústria avançou muito nesse sentido. Destacam-se a substituição do gases Cloro Flúor Carbonos (CFCs)⁸ nos refrigeradores, obrigatoriedade dos selos de ruído⁹ e consumo energético¹⁰. Além de conquistas mais recentes como a adoção de compressores com velocidade variável que reduz em até 30% o consumo de energia (AFONSO, 2014).

⁷ O grupo *Mabe Brasil Eletrodomésticos* faliu em fevereiro de 2016 após não cumprir com o acordo de recuperação judicial solicitado em maio de 2013 (SALOMÃO, 2016).

⁸ Utilização proibida no Brasil a partir da Resolução CONAMA nº 267, de 14 de setembro de 2000 (CONAMA, 2000).

⁹ Selo Ruído obrigatório a partir da Resolução CONAMA n.º 20, de 7 de dezembro de 1994 (CONAMA, 1994).

¹⁰ Selo Verde de eficiência energética vigente a partir do Decreto de 8 de dezembro de 1993 (BRASIL, 1993).

De acordo com Mascarenhas (2005), no ano de 2005 o mercado de eletrodomésticos da linha branca no Brasil, em volume absoluto de unidades vendidas, estava entre os maiores do mundo, atrás apenas de EUA, China, Alemanha, Inglaterra e Japão.

Entretanto, alguns fatores conjunturais, tais como os atuais problemas causados pela crise econômica internacional iniciada em 2008, e que há alguns meses voltou a assolar os países centrais, e a permanência por tempo prolongado do Real valorizado frente ao Dólar, assim como a concorrência desleal com a indústria chinesa, trazem desafios para os mais diversos atores ligados à produção em nosso país. (CADAMURO et al., 2012, p. 2)

3.2. A LINHA BRANCA

No que diz respeito à linha branca especificamente há controvérsias quanto à determinação dos produtos que compõem o segmento tradicionalmente conhecido no mercado como linha branca.

Para Santos et al. (1995) são considerados produtos da linha branca: refrigeradores, *freezers* verticais e horizontais, condicionadores de ar, lavadoras de louça, lavadoras de roupas, secadoras, fornos de microondas e fogões.

O IBGE (2004a) considerou, na metodologia de construção da Pesquisa Industrial Mensal e Anual (PIM - PIA), produtos da linha branca os fogões, máquinas de lavar e secar roupas, refrigeradores e congeladores (*freezers*), colocando de fora da análise os condicionadores de ar e os fornos de microondas. Para tanto, este estudo considera a classificação adotada pelo IBGE¹¹.

Criou-se uma caracterização acerca dos bens da linha branca a partir de alguns critérios de Mascarenhas (2005) e da teoria do consumidor (VARIAN, 2006):

- (i) Os produtos que compõem a linha branca são tidos como bens essenciais.

¹¹ Uma tabela completa com os eletrodomésticos da linha branca segundo código e descrição da TIPI (BRASIL, 2012a) pode ser consultada no apêndice (APÊNDICE A) deste estudo.

A ideia de essencialidade pressupõe a imediata necessidade de uso deste produto pelo consumidor. Isso é bastante evidente em casos como alimentos, medicamentos, produtos para a saúde, alguns eletrodomésticos e eletroeletrônicos, tais como **geladeira, fogão**, computador, telefone convencional e celular, além de outros produtos, cuja demora na troca compromete sua própria utilidade, priva o consumidor de conforto e qualidade de vida, e pode, inclusive, comprometer sua saúde. (O GLOBO, 2013; grifos da autora)

Na atualidade é difícil imaginar como manter refrigerados os alimentos sem uma geladeira em casa, ou mesmo ter que retroceder aos fogareiros á lenha para cozinhar. A falta de um eletrodoméstico como fogão e geladeira em uma residência remete ao indício de pobreza. Ainda, esses eletrodomésticos são “[...] muitas vezes utilizados pela mídia como ‘termômetro’ geral da economia. Outras vezes como forma de avaliar o grau de pobreza das famílias” (MASCARENHAS, 2005, p. 28).

- (ii) Depreende-se que quanto maior o grau de essencialidade dentre os eletrodomésticos da linha branca, menor a possibilidade de sua substituição;
- (iii) Em geral não existe a necessidade de se ter, no mesmo domicílio, eletrodomésticos da linha branca repetidos (necessita-se de um fogão, uma geladeira, e uma lavadora de roupas);
- (iv) O mercado de bens da linha branca é composto basicamente por novos lares ou por reposição (devido ao fim da vida útil do bem anterior e/ou nova tecnologia). Assim, pode-se presumir que à medida que aumenta o número de domicílios o número de eletrodomésticos seguirá a mesma tendência. Além disso, esses bens possuem longa vida útil;
- (v) Importa-se da microeconomia o conceito de utilidade: o consumidor irá maximizar sua utilidade, dada sua restrição orçamentária. Ou seja, o consumidor irá adquirir um eletrodoméstico de acordo com sua renda. Entretanto, sabe-se também que o consumidor poderá recorrer ao crediário como extensão da sua renda.

Fundamentado na caracterização do setor de eletrodomésticos e da linha branca e nos instrumentos de política econômica, o capítulo seguinte se designa a verificar a efetividade das políticas governamentais de incentivo ao consumo sobre a venda de eletrodomésticos de linha branca e o impacto sobre a economia.

4. ANÁLISE E RESULTADOS

Este capítulo tem por função verificar o impacto das políticas anticíclicas de incentivo ao consumo sobre as vendas e a presença de eletrodomésticos da linha branca nos domicílios. Além disso, visa verificar se o comportamento da economia no período de 2008 a 2013 foi correlacionado com das vendas. Para esse fim, subdivide-se o capítulo em duas seções.

Na seção 4.1, evidencia-se as políticas de incentivo ao consumo exercidas pelo Governo voltadas para os bens duráveis em geral e as direcionadas especificamente ao setor de eletrodomésticos da linha branca.

Na seção 4.2, analisa-se o impacto dessas políticas sobre as vendas e presença de eletrodomésticos nos domicílios.

4.1. INCENTIVOS AO SETOR DA LINHA BRANCA

Com a pretensão de avaliar a efetividade das políticas de incentivo que impactam o varejo de eletrodomésticos da linha branca para o aumento do consumo se apresentam todos os incentivos adotados. Os cinco anos de análise apresentam características e políticas distintas. Portanto, para se entender essas diferenças, dividiu-se o período de estudo em dois momentos: de 2008 a 2010 e de 2011 a 2013.

O primeiro momento corresponde aos dois últimos anos do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva; quando a crise ultrapassou a esfera norte-americana e atingiu as demais economias do mundo. Já o segundo corresponde ao início do primeiro mandato do Governo Dilma Rousseff quando à economia brasileira apresentou os primeiros sinais de melhora.

O esforço em apresentar todas as políticas do período, embora um pouco exaustivo, objetiva salientar a intenção do Governo em incentivar e a demanda desses produtos e promover um impacto positivo na economia. A hipótese é que houve por parte do Governo um monitoramento fino das vendas para coordenar as políticas de incentivo ao consumo a serem adotadas.

4.1.1. Primeiro período: de 2008 a 2010

No período de setembro a dezembro de 2008, o Brasil sentiu uma redução nas vendas reais no varejo. Essa queda demandou do Governo brasileiro a disponibilização de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) de crédito para estimular o consumo nos mais diversos setores, incluindo o de móveis e eletrodomésticos (TCU, 2009).

Corroborando com este objetivo, o Governo reduziu pela metade a alíquota do IOF para pessoas físicas. O Decreto nº 6.691, de 11 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008), altera a alíquota de 0,0082%, aprovada pelo Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007 (BRASIL, 2007), para 0,0041% ao dia. Anualmente representa redução de 3% para 1,5%.

A partir do ano de 2009 se iniciou uma série de modificações nas alíquotas do IPI para eletrodomésticos da linha branca. Em 17 de abril de 2009 foi aprovado o Decreto nº 6.825 que alterou as alíquotas previstas na TIPI pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006 (BRASIL, 2009a). As alterações consistiram na isenção do IPI para fogões e redução de dez pontos percentuais para freezers, máquinas de lavar roupas e refrigeradores e tem vigência até 16 de julho de 2009. A Tabela 2 resume as alterações enunciadas.

Tabela 2: Alterações na alíquota do IPI para eletros da linha branca pelo Decreto nº 6.825, de 17 de abril de 2009.

Eletrodomésticos da linha branca	Alíquota (%)	
	de 28 de dezembro de 2006 a 16 de abril de 2009	de 17 de abril de 2009 a 16 de julho de 2009
Fogões de cozinha de ferro fundido, ferro ou aço	4	0
Refrigeradores	15	5
Máquinas de lavar roupas inteiramente automática, uso doméstico	20	10
Máquinas de lavar roupas com centrífugo incorporado, uso doméstico	20	10
Máquinas de lavar roupas outras, uso doméstico	10	0
Máquinas de lavar roupas, capacidade superior a 15kg	20	10
Secadoras de roupas com capacidade até 10kg, uso doméstico	20	10
Fogões de cozinha elétricos e outros, uso doméstico	5	0
Freezers horizontais e verticais, com capacidade até 400 litros	15	5

Fonte: Elaboração própria com base em Brasil (2009a).

Antes mesmo de acabar a vigência do Decreto nº 6.825, em 16 de julho de 2009, o Governo aprova em 29 de junho de 2009 o Decreto nº 6.890. Este Decreto prorroga até 31 de

outubro de 2009 as reduções concedidas no Decreto anterior (apresentadas na segunda coluna da Tabela 3) excluindo os *freezers*, que retornam a alíquota de 15% (BRASIL, 2009b).

O mesmo Decreto nº 6.890 prevê, a partir de 1 de novembro de 2009, o aumento das alíquotas de todos os produtos referidos para as descritas no Decreto nº 6.006 (seções XV e XVI). Para os *freezers* o movimento é inverso. O Decreto prevê redução de dez pontos percentuais a partir de 1 de novembro de 2009. A Tabela 3 apresenta as alterações deste Decreto.

Tabela 3: Alterações na alíquota do IPI para eletros da linha branca pelo Decreto nº 6.890, de 29 de junho de 2009.

Eletrodomésticos da linha branca	Alíquota (%)	
	de 29 de junho de 2009 a 31 de outubro de 2009	a partir de 1º de novembro de 2009
Fogões de cozinha de ferro fundido, ferro ou aço	0	4
Refrigeradores	5	15
Máquinas de lavar roupas inteiramente automática, uso doméstico	10	20
Máquinas de lavar roupas com centrífugo incorporado, uso doméstico	10	20
Máquinas de lavar roupas outras, uso doméstico	0	10
Máquinas de lavar roupas, capacidade superior a 15kg	10	20
Secadoras de roupas com capacidade até 10kg, uso doméstico	10	20
Fogões de cozinha elétricos e outros, uso doméstico	0	5
<i>Freezers</i> horizontais e verticais, com capacidade até 400 litros	15	5

Fonte: Elaboração própria com base em Brasil (2009b).

Em 30 de outubro de 2009 o Governo aprovou, por meio do Decreto nº 6.996, reduções nas alíquotas incidentes sobre produtos da linha branca de acordo com sua eficiência energética reduzindo assim o custo dos produtos com menor consumo energético (BRASIL, 2009c). De 1º de novembro de 2009 a 30 de janeiro de 2010 passou a vigorar a redução da alíquota para fogões, geladeiras, máquinas de lavar e secar roupas com certificado de eficiência energética “A” e “B”¹², descritas no Decreto nº 6.996. A Tabela 4 apresenta a redução das alíquotas de acordo com produto e eficiência energética.

¹² Os produtos citados com outra especificação energética assim como os não citados permanecem cobertos pelas alíquotas descritas no Decreto nº 6.890.

Tabela 4: Alterações na alíquota do IPI para eletros da linha branca pelo Decreto nº 6.996, de 30 de outubro de 2009.

Eletrodoméstios da linha branca	Alíquota (%)	
	de 1º de novembro de 2009 a 30 de janeiro de 2010	
	<i>Eficiência energética A</i>	<i>Eficiência energética B</i>
Fogões de cozinha de ferro fundido, ferro ou aço	2	3
Refrigeradores	5	10
Máquinas de lavar roupas, capacidade superior a 15kg	10	15
Máquinas de lavar roupas outras, uso doméstico	0	5
Secadoras de roupas com capacidade até 10kg, uso doméstico	10	15

Fonte: Elaboração própria com base em Brasil (2009c).

4.1.2. Segundo período: 2011 a 2013

A redução do IOF prevista no ano de 2008 teve seu fim com o Decreto nº 7.458 em 7 de abril de 2011 (BRASIL, 2011a). Desta data até 30 de novembro a alíquota para mutuário pessoa física retrocedeu aos 0,0082% ao dia ou, 3% ao ano. Entretanto em 1º de dezembro de 2011 foi aprovado o Decreto nº 7.632 que reduziu para 0,0068% ao dia ou, 2,5% ao ano, a alíquota (BRASIL, 2011b).

Também em 1º de dezembro de 2011 o Governo repetiu a política de redução das alíquotas do IPI para produtos da linha branca com índice de eficiência energética “A” executada no ano anterior através do Decreto nº 7.631 (BRASIL, 2011c). O diferencial é que esta política excluiu o benefício de redução das alíquotas para os produtos com eficiência energética “B” e para as secadoras. Por outro lado, contemplou também os *freezers* e reduziu a zero a alíquota incidente sobre os fogões, conforme Tabela 5.

Tabela 5: Alterações na alíquota do IPI para eletros da linha branca pelo Decreto nº 7.631, de 1º de dezembro de 2011.

Eletrodomésticos da linha branca	Alíquota (%)
	de 1º de dezembro de 2011 a 1º de janeiro de 2012
	<i>Eficiência energética A</i>
Fogões de cozinha de ferro fundido, ferro ou aço	0
Refrigeradores	5
Máquinas de lavar roupas inteiramente automática, uso doméstico	10
Máquinas de lavar roupas com centrífugo incorporado, uso doméstico	10
Máquinas de lavar roupas outras, uso doméstico	0
Máquinas de lavar roupas, capacidade superior a 15kg	10
Freezers horizontais e verticais, com capacidade até 400 litros	5

Fonte: Elaboração própria com base em Brasil (2011c).

O Decreto nº 7.631 fixou alíquotas para os produtos da linha branca de eficiência energética “A” para além do ano de 2012, no entanto, em 23 de dezembro de 2011, foi aprovada uma nova TIPI pelo Decreto nº 7.660 passando a produzir efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012 (BRASIL, 2011d). Este Decreto nº 7.660 revoga todos os decretos anteriormente citados.

No que diz respeito às alíquotas para eletrodomésticos da linha branca previstas na nova TIPI, as alterações são expressas na Tabela 6.

Tabela 6: Alterações na alíquota do IPI para eletros da linha branca pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011.

Eletrodoméstios da linha branca	Alíquota (%)	
	de 1º de janeiro a 31 de março de 2012	a partir de 1º de janeiro de 2012
	<i>Eficiência Energética A</i>	<i>Demais</i>
Fogões de cozinha de ferro fundido, ferro ou aço	0	4
Refrigeradores	5	15
Máquinas de lavar roupas inteiramente automática, uso doméstico	10	20
Máquinas de lavar roupas com centrífugo incorporado, uso doméstico	10	20
Máquinas de lavar roupas outras, uso doméstico	0	20
Máquinas de lavar roupas, capacidade superior a 15kg	10	20
Secadoras de roupas com capacidade até 10kg, uso doméstico	-	20
Fogões de cozinha elétricos e outros, uso doméstico	-	5
Freezers horizontais e verticais, com capacidade até 400 litros	5	15

Fonte: Elaboração própria com base em Brasil (2011d).

Pelo Decreto nº 7.705, de 25 de março de 2012 (BRASIL, 2012b), foi estendida até 30 de junho de 2012 a política de redução das alíquotas sobre produtos da linha branca com índice de eficiência energética “A” (enunciadas na primeira coluna da Tabela 7).

Em 21 de maio de 2012 o IOF sofreu outra redução por meio do Decreto nº 7.726 (BRASIL, 2012c). O mutuário para pessoa física passou de 0,0068% ao dia ou, 2,5% ao ano, para 0,0041% ao dia ou, 1,5% ao ano.

Outras duas vezes a política de redução das alíquotas do IPI sobre produtos da linha branca com índice de eficiência energética “A” foi estendida. Através do Decreto nº 7.770, de 28 de junho de 2012, que prorrogou até 31 de agosto de 2012 o benefício (BRASIL, 2012d). E, por meio do Decreto nº 7.796, de 30 de agosto de 2012, o Governo adiou para 31 de dezembro de 2012 o fim do benefício (BRASIL, 2012e). Portanto, ficam vigentes até 31 de dezembro de 2012 as alíquotas dispostas na primeira coluna da Tabela 7.

Em 2013 a política de redução de alíquotas para produtos de eficiência energética “A” foi revista. O Decreto nº 7.879, de 27 de dezembro de 2012, aprovou o aumento das alíquotas sobre esses produtos a partir de 1º de fevereiro de 2013 (BRASIL, 2012f). Com exceção das máquinas de lavar automáticas, semiautomáticas e secadoras que permaneceram com alíquota de 10%, os produtos tiveram reajuste de dois pontos percentuais. A Tabela 7 apresenta as alíquotas vigentes para o período aludido.

Tabela 7: Alterações na alíquota do IPI para eletros da linha branca pelo Decreto nº 7.879, de 27 de dezembro de 2012.

Eletrodomésticos da linha branca	Alíquota (%)	
	até 31 de janeiro de 2013	de 1º de fevereiro a 30 de junho de 2012
	<i>Eficiência</i>	<i>Eficiência</i>
Fogões de cozinha de ferro fundido, ferro ou aço	0	2
Refrigeradores	5	7,5
Máquinas de lavar roupas inteiramente automática, uso doméstico	10	10
Máquinas de lavar roupas com centrífugo incorporado, uso doméstico	10	10
Máquinas de lavar roupas outras, uso doméstico	0	2
Máquinas de lavar roupas, capacidade superior a 15kg	10	10
Secadoras de roupas com capacidade até 10kg, uso doméstico	10	10
Freezers horizontais e verticais, com capacidade até 400 litros	5	7,5

Fonte: Elaboração própria com base em Brasil (2012f).

O Governo aumentou a alíquota do IPI para linha branca em 28 de junho de 2013 pelo Decreto nº 8.035 para produtos de eficiência energética “A”¹³.

Ocorreram dois aumentos consecutivos, conforme Tabela 8. O primeiro com vigência de 1º de julho a 30 de setembro de 2013 e o segundo que passou a valer a partir de 1º de outubro de 2013 (BRASIL, 2013).

Tabela 8: Alterações na alíquota do IPI para eletros da linha branca pelo Decreto nº 8.035, de 28 de junho de 2013.

Eletrodoméstios da linha branca	Alíquota (%)	
	de 1º de julho a 30 de setembro de 2013	a partir de 1º de outubro de 2013
	<i>Eficiência Energética A</i>	<i>Eficiência Energética A</i>
Fogões de cozinha de ferro fundido, ferro ou aço	3	-
Refrigeradores	8,5	10
Máquinas de lavar roupas inteiramente automática, uso doméstico	10	10
Máquinas de lavar roupas com centrífugo incorporado, uso doméstico	10	10
Máquinas de lavar roupas outras, uso doméstico	4,5	5
Máquinas de lavar roupas, capacidade superior a 15kg	10	10
Secadoras de roupas com capacidade até 10kg, uso doméstico	10	10
Freezers horizontais e verticais, com capacidade até 400 litros	8,5	10

Fonte: Elaboração própria com base em Brasil (2013).

Até o final do período de análise são essas alíquotas descritas na Tabela 8 as vigentes para os produtos de eficiência energética “A”.

Além da redução no IOF, que reduziu o custo do cheque especial e das compras a prazo, o Governo lançou, em junho de 2013, o programa social Minha Casa Melhor com o objetivo de conceder empréstimos, de até R\$5mil, com condições especiais para a compra de bens como eletrodomésticos, móveis e eletrônicos.

O programa Minha Casa Melhor foi operado pela Caixa Econômica Federal a qual cobrava juros de 5% ao ano ao prazo de pagamento de dois anos (CAIXA, 2016) e beneficiou apenas participantes do programa habitacional Minha Casa Minha Vida, criado no ano de 2009.

Os eletrodomésticos da linha branca que puderam ser adquiridos com o cartão do programa foram: refrigeradores, fogões e máquinas de lavar roupas automáticas. De acordo com informações do site oficial da instituição (CAIXA, 2016), o programa concedeu o benefício

¹³ Os demais produtos permaneceram com as mesmas alíquotas da TIPI aprovada pelo Decreto nº 7.660.

apenas para eletrodomésticos nacionais de eficiência energética “A” dentro do preço limite de R\$1.090,00, R\$599,00 e R\$1.100,00, respectivamente.

As políticas de redução do IPI sobre os eletrodomésticos da linha branca tiveram como objetivo estimular o consumo desses bens e garantir o emprego nesse setor, que está entre os mais afetados pela crise econômica de 2008. As diversas alterações nas alíquotas do IPI para os produtos da linha branca, muitas vezes dentro do mesmo ano, reforçam as características anteriormente citadas de não anterioridade e extrafiscalidade do Imposto e também a intenção do Governo em incentivar o consumo desses produtos. Do mesmo modo que visou incentivar a demanda de duráveis por meio de políticas de redução do IOF e programas sociais.

No primeiro período, de 2008 a 2010, identifica-se uma redução do IPI e IOF diante dos sinais de redução das vendas. A alíquota de incidência do IOF foi reduzida pela metade e as do IPI foram reduzidas em dez pontos percentuais, o que representou a metade da taxa para máquinas de lavar e secadoras de roupas e mais da metade da taxa para os demais produtos. Num segundo momento, o benefício de redução das alíquotas foi direcionado apenas para os produtos com baixo consumo energético: os produtos com certificado de eficiência energética “A” e “B”. Os demais produtos em geral mantiveram as mesmas alíquotas vigentes antes da crise de 2008, apenas em alguns momentos se beneficiou um tipo específico de produto do segmento.

No segundo período, de 2011 a 2013, ficou explícita a intenção das políticas de redução dos impostos. As políticas do IPI foram voltadas para o consumo consciente e eficiente¹⁴, o que induziu a conclusão de que não foi concedido um incentivo discricionário sobre os eletrodomésticos. Muito pelo contrário.

A partir do final do ano de 2009 houve uma oscilação do IPI, ora visando incentivar o consumo tornando o preço dos bens mais atrativos, ora visando conter. A impressão foi de que os efeitos sobre o consumo (e sobre a economia) eram acompanhados de perto para não produzir efeito indesejado. Ficou claro que o objetivo foi voltado para aumentar o consumo dos eletrodomésticos de eficiência energética “A” em detrimento dos demais.

Para o IOF, percebe-se uma tentativa de retornar a taxa de 3% ao ano no segundo trimestre de 2011. No entanto, a alíquota do Imposto é reduzida para 2,5% ainda em dezembro. Em 2012, é então reduzida a 1,5% ao ano sugerindo a permanência e eficiência dessa política de redução do IOF.

¹⁴ Por eficiente, entenda-se relativo à eficiência energética.

Conforme foi assinalado anteriormente, a intenção em apresentar as alterações das políticas do período foi deixar patente a intenção do Governo em incentivar a demanda desses produtos e promover um impacto positivo na economia. E mais: a leitura crítica e detalhada de cada decreto deu a impressão de que houve, por parte do Governo, um monitoramento fino das vendas para coordenar as políticas de incentivo ao consumo a serem adotadas.

Para verificar se essas políticas de desoneração do IPI e IOF foram efetivas para o aumento do consumo, analisam-se na seção seguinte as vendas de eletrodomésticos da linha branca no período de 2008 a 2013. Devido à ausência de indicadores de consumo específico do segmento da linha branca a presença dos eletrodomésticos nos domicílios complementa a análise.

4.2. ANÁLISE DO IMPACTO DAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS SOBRE A LINHA BRANCA

O exposto anterior forneceu embasamento para análise que esta seção se propõe. Foram apresentadas as políticas governamentais de desoneração do IPI e IOF, as quais impactaram o setor de eletrodomésticos da linha branca no período analisado, e feitas algumas inferências sobre essas políticas. A pressuposição levantada ao longo do estudo foi que as políticas de estímulo à demanda interna por meio de reduções do IPI tornariam mais atrativa a aquisição de determinados produtos e, por sua vez, as políticas de redução do IOF facilitariam o acesso ao crédito e também incentivariam o consumo.

Isto posto, esta seção tem por objetivo verificar o impacto provável dessas políticas sobre o consumo a partir de dados reais das vendas e da presença dos eletrodomésticos da linha branca nos domicílios.

O Gráfico 5 ilustra a variação anual do volume de vendas de fogões, máquinas de lavar ou secar roupas, refrigeradores e *freezers*¹⁵ de 2008 a 2013¹⁶, assim como o comportamento geral do segmento.

Neste Gráfico é importante destacar três pontos: o primeiro deles (ponto 1 no Gráfico 5), no período de 2009 em comparação ao ano de 2008, a categoria de máquinas de lavar ou secar roupas teve crescimento de aproximadamente 28%. Indica-se que este resultado seja decorrente da

¹⁵ Devido a não uniformidade dos dados, não foi possível comparar graficamente as vendas de eletrodomésticos da linha branca com as alterações das alíquotas do IPI.

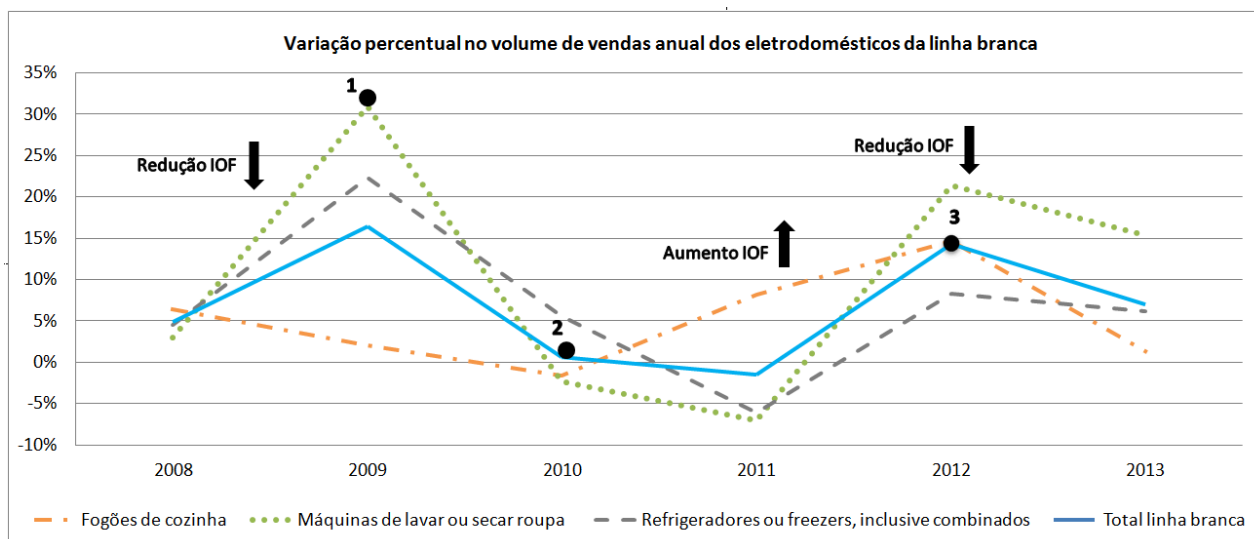
¹⁶ A Pesquisa Indústria Anual de 2014 ainda não foi divulgada.

redução de dez pontos percentuais da alíquota de IPI incidente sobre esses produtos. O segmento da linha branca também apresentou resultados satisfatórios; o crescimento do volume de vendas foi superior a 11%. Uma hipótese é que esse crescimento foi possibilitado, dentre outros fatores, pela redução de 3% para 1,5% do IOF. Para os fogões, a política de isenção de IPI não foi tão representativa para o aumento do consumo no período, conforme Gráfico 5.

O segundo (ponto 2 no Gráfico 5), destaca a retração no ritmo de crescimento das vendas. No final do ano de 2009, as políticas de redução do IPI foram revistas. O benefício a partir de então foi concedido aos produtos de eficiência energética “A” e os demais produtos tiveram suas alíquotas aumentadas. A hipótese é que a redução do Imposto de acordo com eficiência energética favoreceu, principalmente, as máquinas de lavar roupas, fogões e refrigeradores. No entanto, não é possível verificar crescimento das vendas no ano de 2010. Um aumento das vendas do segmento é visível em 2011 motivado possivelmente pelas vendas de fogões que tiveram crescimento de 8,2%, a única variação positiva com relação a 2010. A hipótese com relação ao IOF é que a elevação na sua alíquota contribuiu negativamente para o aumento das vendas.

Já o terceiro (ponto 3 no Gráfico 5) ressalta os resultados de 2012. Os dados sugerem a formação de outra hipótese: a redução do IOF no final do ano e a manutenção das políticas de redução de IPI para produtos com eficiência energética “A”, contribuíram para o crescimento acima de 14% do segmento da linha branca. Em 2013, percebe-se uma redução do ritmo de crescimento das vendas. Entre os produtos da linha branca os fogões apresentaram a maior redução nas vendas (13,3%).

Gráfico 5: Variação anual percentual do volume de vendas de eletrodomésticos da linha branca: 2008-2013



Fonte: elaboração própria com base nos dados das PIAs do IBGE dos anos 2007 a 2013¹⁷.

A fim de colaborar com a análise sobre os dados reais das vendas de eletrodomésticos da linha branca, analisa-se a presença destes nos domicílios brasileiros.

O mercado potencial de eletrodomésticos está intimamente relacionado com o número de domicílios nacionais e com disponibilidade de energia elétrica, como mostraram Santos *et al.* (1995). Portanto, construiu-se uma tabela (APÊNDICE B) para apresentar indicadores de presença de eletrodomésticos nos domicílios das famílias brasileiras ao longo dos anos, levando-se também em consideração as premissas elaboradas acerca do setor de eletrodomésticos de linha branca no capítulo anterior.

Consideraram-se o total de domicílios, os domicílios eletrificados, com fogão, geladeira, *freezer* e com máquina de lavar roupas. Contudo, para melhor visualização da evolução desses indicadores, construiu-se, com base no Apêndice B, a Tabela 9 onde se pode observar a variação ano contra ano desses indicadores nos anos seguintes a crise.

¹⁷ Disponíveis em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=71719>>.

Tabela 9: Variação anual da presença de eletrodomésticos nos domicílios: 2008 - 2013¹⁸

Indicadores (%)	2008	2009	2011	2012	2013
Total de domicílios	2,15%	1,77%	4,63%	2,54%	3,63%
Domicílios eletrificados	2,55%	2,09%	5,07%	2,74%	3,68%
Domicílios com fogão	2,28%	1,94%	4,87%	2,67%	3,64%
Domicílios com geladeira	3,58%	3,26%	7,26%	3,50%	4,23%
Domicílios com freezer	0,52%	-3,43%	12,98%	3,89%	6,06%
Domicílios com máquina de lavar roupas	7,37%	8,66%	20,34%	10,89%	7,98%

* variação contra o ano de 2009

Fonte: elaboração própria com base nos dados da PNAD de 2007 a 2013 do IBGE¹⁹.

No ano de 2009, houve variação positiva no número de domicílios (1,77%) e domicílios eletrificados com relação ao ano de 2008. Devido à essencialidade desses bens e o mercado ser composto basicamente por novos domicílios, o mesmo movimento era esperado para os eletrodomésticos. No entanto, houve retração na presença de *freezers* nos domicílios (3,43%). Logo, levanta-se a hipótese de que os *freezers* são bens menos essenciais às famílias. Os demais indicadores de presença dos eletrodomésticos nos domicílios confirmaram as premissas, conforme Tabela 10.

Nos anos de 2011 e 2012 o destaque é para a presença das máquinas de lavar roupas nos domicílios que tiveram significativo aumento com relação aos anos anteriores. A variação do ano de 2011 contra o ano de 2009 foi positiva em 20,34% para a presença de máquinas de lavar nos domicílios. Novamente o destaque é para a presença de *freezers* que apresentou variação positiva a partir do ano de 2011. Supõem-se que esses resultados foram motivados pela inclusão deste na lista de produtos de eficiência energética “A” beneficiados pelo Governo com alíquota reduzida. A redução foi de dez pontos percentuais.

Já no ano de 2012, o crescimento da presença de máquinas de lavar roupas foi de 10,89%, frente a um crescimento de 2,74% no total de domicílios eletrificados e 2,54% no total de domicílios. A hipótese é que esse resultado é reflexo da política de redução de IPI dada pelo Decreto nº 7.631, em 1º de dezembro de 2011, que reduziu em 10% as alíquotas do imposto sobre

18 Não existem dados disponíveis para o ano de 2010 em função de ter sido o ano do Censo Demográfico e não ter dito PNAD.

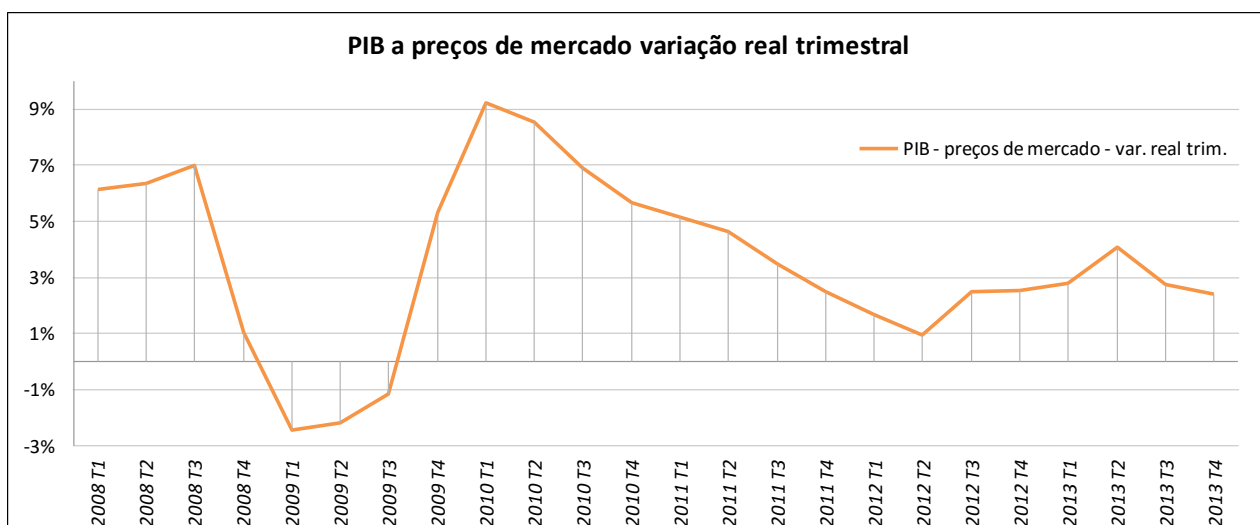
19 Dados de publicação anual de 2003 a 2009 da PNAD divulgados no IBGE. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=759>>.

os modelos de máquinas de lavar roupas automáticas e semiautomáticas e redução de dez pontos percentuais para os modelos de eficiência energética “A”.

A continuação da premissa abordada sugere que, a partir do aumento do consumo (mensurado neste estudo através das vendas) a produção e os investimentos reagiriam positivamente e a população passaria a ter acesso a bens a melhores preços, o que manteria o crescimento do país.

Dessa forma, com o objetivo de explorar se os movimentos provocados pelas políticas de incentivo ao consumo adotadas pelo Governo agiram de forma correlacionada com os resultados do PIB, apresenta-se o Gráfico 6 que mostra a variação real trimestral do PIB dentre os anos de 2008 a 2013.

Gráfico 6: Variação real trimestral do PIB a preços de mercado nos anos de 2008-2013.



Fonte: elaboração própria com base nos dados do SCN do IBGE de 2008 a 2013²⁰.

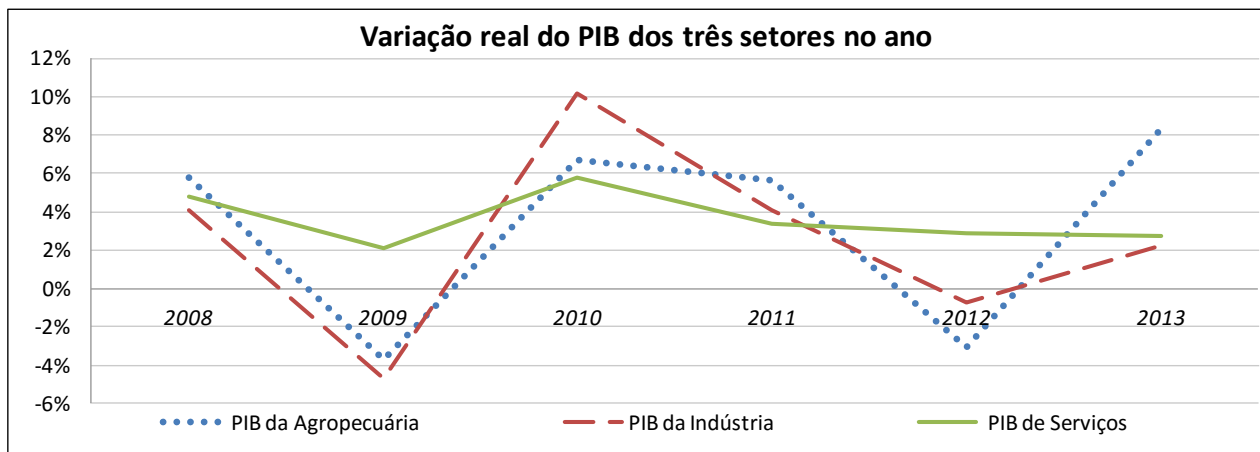
O aumento das vendas, assim como da presença de eletrodomésticos da linha branca nos domicílios, observado no ano de 2009, é perceptível também no resultado do PIB que apresentou variação positiva de aproximadamente 9% (Gráfico 6). Todavia, o pior cenário verificado para as vendas depois de 2008 foi em 2011, o que não foi perceptível para economia no mesmo momento.

²⁰ Não existem dados disponíveis para o ano de 2010 em função de ter sido o ano do Censo Demográfico e não ter dito PNAD.

Em 2012, o crescimento do PIB brasileiro apresentou uma variação de aproximadamente 1% enquanto, no mesmo período o crescimento das vendas para a linha branca foi de 15,3%.

Com o auxílio do Gráfico 7, pode-se levantar a hipótese que o resultado do PIB para 2012 foi motivado não só pela indústria, mas, principalmente, pela agropecuária.

Gráfico 7: Variação real do Produto Interno Bruto dos três setores no ano: 2008 -2013



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Bacen (2016)²¹

No entanto, apesar da pequena representatividade econômica do setor de eletrodomésticos da linha branca, foi possível correlacionar o efeito das vendas com o do PIB durante o período de 2008 a 2011 (Governo Lula). No período de 2011 a 2013, identifica-se o enfraquecimento do efeito das políticas de incentivo ao consumo. Após o *boom* de 2008 a 2011 não foi possível perceber aumento significativo nas vendas dos eletrodomésticos da linha branca. Essa redução já era esperada devido a característica dos bens duráveis (vida útil longa).

Fatores como a existência e a facilitação de financiamento para aquisição de novos produtos, incentivos fiscais, assim como fatores macroeconômicos e a estabilidade do cenário político, são variáveis importantes que devem ser consideradas quanto à questão dos fatores que influenciam a demanda do setor de eletrodomésticos da linha branca. Entretanto, o efeito de outros fatores macroeconômicos e a estabilidade do cenário político foge ao escopo desta análise.

²¹ Elaboração própria com base nos dados anuais de 2008 a 2014 das séries temporais nº 7327, 7328, 7329 do SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais - v.2.1 do Bacen (2016).

Este se trata de um estudo preliminar onde se buscou explorar o setor de eletrodomésticos da linha branca nos cinco anos subsequentes a crise financeira internacional. O objetivo foi levantar hipóteses com relação ao impacto das políticas de incentivo ao consumo sobre as vendas de eletrodomésticos da linha branca não desconsiderando a necessidade de mais estudos a cerca do tema.

Conclui-se que as alterações nas alíquotas do IOF apresentaram impacto significativo sobre as vendas até o ano de 2011. Para além de 2012 a análise permitiu hipotetizar que a política de facilitação ao crédito sozinha não produz efeito desejado, pois se percebeu que o impacto é maior quando aliado às políticas de redução do IPI.

Com relação às políticas de incentivo ao consumo, via redução das alíquotas de IPI, depreende-se que começaram reduzindo as alíquotas gerais. A hipótese é que essa política visou, inicialmente, produzir um efeito rápido sobre as vendas e, posteriormente, identificou-se a retração desta e o início de outras voltadas para produtos com baixo consumo energético. Ainda, outra hipótese é, que inicialmente, as políticas além de buscar o incentivo ao consumo, fizeram parte de uma medida simpática do Governo, pois reduzem significativamente o preço final dos produtos.

No que diz respeito aos produtos da linha branca, a hipótese criada é que os fogões são bens de maior essencialidade e os *freezers*, os de menor essencialidade. Além disso, outra hipótese que pode ser apontada é que a categoria de máquinas de lavar e secar roupas respondeu melhor às políticas de redução das alíquotas do IPI.

5. CONCLUSÃO

Em meados de 2007 surge, no mercado imobiliário de hipotecas residenciais dos Estados Unidos, uma crise financeira que refletiu em várias economias ao redor do mundo. Nos anos de 2008 e 2009 diversas economias sentiram os efeitos da crise em seus resultados. No Brasil, os reflexos da crise chegaram no último trimestre de 2008 perceptíveis através do PIB e volume de vendas.

Dessa forma, com o objetivo de evitar uma forte desaceleração da economia, o Governo Federal brasileiro iniciou um pacote de estímulos à demanda interna. O enfoque foi dado principalmente para o setor automobilístico, de construção civil e de móveis e eletrodomésticos. Devido a características intrínsecas aos eletrodomésticos da linha branca como essencialidade e capacidade de induzir outras atividades econômicas ao longo da cadeia produtiva, escolheu-se a linha branca como objeto de estudo.

Diante da crise, o Governo objetivou manter em um patamar elevado as vendas e a atividade econômica, mas, o grande questionamento deste estudo foi: na prática essas medidas mostraram-se efetivas ao que se objetivaram? Com isso, o objetivo deste estudo foi levantar algumas hipóteses do impacto das políticas de incentivos ao consumo adotadas pelo Governo Federal sobre as vendas de eletrodomésticos da linha branca num cenário de pós crise financeira internacional. O estudo se concentrou em duas das políticas anticíclicas para proteger a economia: redução do IPI e IOF.

O período de estudo compreendeu uma série histórica de seis anos, de 2008 a 2013, e as análises foram feitas a partir de dados reais por meio de um estudo analítico exploratório.

Discorreu-se conceitualmente a respeito dos instrumentos de política IPI e IOF com o intuito de embasar a análise do impacto que essas políticas geraram sobre as vendas e na presença desses eletrodomésticos nos domicílios brasileiros. Com relação a isso, uma hipótese levantada foi que muito desse movimento de redução de impostos, principalmente do IPI, fez parte de uma medida simpática do Governo, uma vez que deixou os produtos mais baratos. Tratando-se dos eletrodomésticos da linha branca essa hipótese ganhou ainda mais força. Isso porque, esses

produtos são tidos como bens essenciais à vida e representam, mesmo nos dias de hoje, uma conquista para muitas famílias.

A pressuposição levantada ao longo do estudo foi a de que as políticas de estímulo a demanda interna por meio de reduções do IPI tornariam mais atrativa a aquisição de determinados produtos e, por sua vez, as políticas de redução do IOF facilitariam o acesso ao crédito e também incentivariam o consumo. Com isso, a produção e os investimentos reagiriam positivamente e a população passaria a ter acesso a bens a melhores preços, o que geraria um incremento nas vendas e, consequentemente, manteria o crescimento do país colaborando para manutenção do emprego.

Os resultados obtidos mostram que, de um modo geral, o mercado interno foi incentivado com a facilitação de crédito e desonerações fiscais. As medidas foram exitosas porque evitaram os efeitos mais severos e duradouros à economia brasileira, mas, principalmente, porque aumentaram visivelmente as vendas de eletrodomésticos da linha branca até o ano de 2011.

A análise permitiu hipotetizar que as políticas de redução de IPI e IOF quando aplicadas em um mesmo período produzem efeitos mais significativo sobre o volume de vendas. Outra hipótese que a análise permitiu identificar foi que alguns bens do segmento da linha branca são mais essenciais às famílias que outros, como é o caso do fogão em comparação ao freezer. E ainda, que a categoria de máquinas de lavar e secar roupas teve melhor resposta às políticas de incentivo ao consumo.

Apesar da baixa representatividade econômica do setor, até o ano de 2011 foi possível identificar um movimento concomitante das vendas de eletrodomésticos da linha branca com o PIB. E num segundo momento, de 2011 a 2013, um enfraquecimento do efeito das políticas de incentivo ao consumo após um período de *boom* no consumo desses bens.

Com relação às políticas especificamente foi possível concluir que inicialmente foram voltadas ao aumento das vendas de eletrodomésticos da linha branca como um todo e que posteriormente se voltaram a um nicho específico que é o de produtos com eficiência energética. A. Evidenciando a hipótese de uma política casada de redução do consumo energético do país.

Foi uma limitação desse estudo dados específicos do setor de eletrodomésticos da linha branca. Além disso, muitas informações sobre o setor são apresentadas de forma consolidada junto com as do setor moveleiro, o que dificulta uma análise isolada do setor. Sugere-se o aprofundamento e a validação das hipóteses levantadas ao longo do estudo.

Ademais, ao recorrer ao consumo para estimular a economia brasileira, o Governo pode provocar o endividamento da população. Apenas o incentivo ao crédito e a redução tributária, portanto, podem como foi destacado, não ser suficientes para garantir a expansão econômica do país. É preciso estabelecer uma estratégia de longo prazo, com investimento em infraestrutura. Promover o desenvolvimento e não somente o crescimento. Esses incentivos (ao consumo) já foram usados na história e parecem ser um remédio que foi perdendo o efeito passando a fazer parte apenas de uma receita pronta para crise. Sugere-se também, dessa forma, a continuidade deste estudo com a finalidade de investigar o nível de endividamento das famílias e também do Governo neste período.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, I. Eletrodomésticos inovadores consomem menos água e energia. **Agência de Notícias CNI** (Confederação Nacional das Indústrias): 03.dez.2014. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/imprensa/2014/12/1,52920/eletrodomesticos-inovadores-consomem-menos-agua-e-energia.html>> Acesso em: 30.jun.2016.
- ARRUDA, M. B. Considerações acerca do uso de máquinas elétricas no ambiente doméstico. São Paulo: **Projeto História**, n. 35, 2007. p. 397 - 412.
- BACEN (BANCO CENTRAL DO BRASIL). **Boletim do Banco Central do Brasil**. Relatório Anual 2008. Brasília, 2008. v. 44. p. 1- 235. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2008/rel2008p.pdf>> Acesso: 28.mai.2016.
- BACEN (BANCO CENTRAL DO BRASIL). **Boletim do Banco Central do Brasil**. Relatório Anual 2009. Brasília, 2009. v. 45. p. 1-237. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2009/rel2009p.pdf>> Acesso: 20.mai.2016.
- BACEN (BANCO CENTRAL DO BRASIL). **Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS)**. v. 2.1. Bacen, 2016. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>> Acesso: 24.abr.2016.
- BELLINGIERI, J. C. A Economia no período militar (1964 -1984): crescimento com endividamento. Faculdades Integradas FAFIBE: **Revista Hispeci & Lema online**. Disponível em: <<http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/hispecielemaonline/sumario/9/16042010171928.pdf>> Acesso: 17.abr.2016.
- BORGES, M. S. **Da sala para a cozinha: tempo, conceito e estilo**. Programa de pós-graduação em Artes, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2008.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Distrito Federal: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso: 29.mai.2016.
- BRASIL. **Decreto de 8 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a criação do Selo Verde de eficiência energética. BRASIL, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/Anterior%20a%202000/1993/Dnn1931.htm> Acesso: 01. Jul.2016.

BRASIL. Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007. Regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF. BRASIL, 2007. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7212.htm> Acesso: 03.mar.2016.

BRASIL. Decreto nº 6.691, de 11 de dezembro de 2008 Dá nova redação ao art. 7º do Decreto no 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF. BRASIL, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6691.htm> Acesso: 15.jun.2016.

BRASIL. Decreto nº 6.825, de 17 de abril de 2009. Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006. BRASIL, 2009a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6825.htm> Acesso: 03.mar.2016.

BRASIL. Decreto nº 6.890, de 29 de junho de 2009. Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006. BRASIL, 2009b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6890.htm> Acesso: 04.mar.2016.

BRASIL. Decreto nº 6.996, de 30 de outubro de 2009. Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006. BRASIL, 2009c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6996.htm> Acesso: 04.mar.2016.

BRASIL. Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010. Regulamenta a cobrança, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre Produtos Industrializados. BRASIL, 2010b. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7212.htm> Acesso: 03.mar.2016.

BRASIL. Decreto nº 7.458, de 07 de abril de 2011. Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF. BRASIL, 2011a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7458.htm> Acesso: 15.jun.2016.

BRASIL. Decreto nº 7.631, de 01 de dezembro de 2011. Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006, altera as alíquotas do IPI incidentes sobre os eletrodomésticos que menciona, e reduz a zero a alíquota do IPI incidente sobre papel sintético destinado à impressão de livros e periódicos. BRASIL, 2011c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/D7631.htm> Acesso: 04.mar.2016.

BRASIL. Decreto nº 7.632, de 01 de dezembro de 2011. Altera os arts. 7º e 15-A do Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF. BRASIL, 2011b. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7632.htm> Acesso: 15.jun.2016.

BRASIL. Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011. Aprova a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI. BRASIL, 2011d. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7660.htm> Acesso: 04.mar.2016.

BRASIL. Decreto nº 7.705, de 25 de março de 2012. Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011. BRASIL, 2012b. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7705.htm> Acesso: 06.mar.2016.

BRASIL. Decreto nº 7.726, de 21 de maio de 2012. Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF. BRASIL, 2012c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7726.htm> Acesso: 15.jun.2016.

BRASIL. Decreto nº 7.770, de 28 de junho de 2012. Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011. BRASIL, 2012d. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7770.htm> Acesso: 06.mar.2016.

BRASIL. Decreto nº 7.796, de 30 de agosto de 2012. Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011. BRASIL, 2012e. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7796.htm> Acesso: 06.mar.2016.

BRASIL. Decreto nº 7.879, de 27 de dezembro de 2012. Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011. BRASIL, 2012f. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7879.htm> Acesso: 06.mar.2016.

BRASIL. Decreto nº 8.035, de 28 de junho de 2013. Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011. BRASIL, 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Decreto/D8035.htm> Acesso: 24.mar.2016.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal do Brasil. Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI). BRASIL, 2012a. Disponível em: <www.receita.fazenda.gov.br/publico/tipi/TIPI.doc> Acesso em: 19.mai.2016.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria de Política Econômica. **Relatório de Gestão 2009**. Ministério da Fazenda, mar.2010a. Disponível em: <http://fazenda.gov.br/acesso-a-informacao/copy_of_auditorias/secretaria-da-receita-federal-do-brasil-rfb/relatorio-de-gestao-2009.pdf> Acesso em: 29.mai.2016.

CADAMURO, A. et al. **A Indústria da Linha Branca no Brasil** - Diagnóstico e Proposta dos Metalúrgicos. Federação dos Sindicatos de Metalúrgicos da CUT/SP, Confederação Nacional do Metalúrgicos da CUT/SP. 23 p. São Paulo: DIEESE, 2012. Disponível em: <<http://www.cnmcut.org.br/midias/arquivo/180-cartilha-eleto-final.pdf>> Acesso: 01.nov.2015. CAIXA (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL). **Programas sociais: Minha Casa Melhor**. CAIXA, 2016. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/minha-casa-melhor/Paginas/default.aspx>> Acesso: 17.jun.2016.

CALDAS, R. M. ; SAMPAIO, Y. S. B. Pobreza no nordeste brasileiro: uma análise multidimensional. **Revista de Economia Contemporânea**. v. 19. n. 1. Rio de Janeiro: jan/abr. 2015. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482015000100074&lng=pt&nrm=iso&tlng=en> Acesso: 18.jun.2016.

CATERMOL, F. ; LAUTENSCHLAGER, A. O crédito oficial à exportação no contexto de crise: experiências internacionais e o BNDES. **Revista do BNDES**, n.34. dez.2010. p.5-52. Disponível em:<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev34_1.pdf> Acesso em: 29.mai.2016.

CERVO, A. L. et al. **Metodologia Científica**. São Paulo: Perarson Prentice Hall, 2007.

CONAMA (CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE). Ministério do Meio Ambiente. **Resolução Conama nº 20, de 7 de dezembro de 1994**. Dispõe sobre a instituição do Selo Ruído de uso obrigatório para aparelhos eletrodomésticos que geram ruído no seu funcionamento. CONAMA, 1994. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=161>> Acesso: 01.jul.2016

CONAMA (CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE). Ministério do Meio Ambiente. **Resolução Conama nº 267, de 14 de setembro de 2000**. Dispõe sobre a proibição da utilização de substâncias que destroem a Camada de Ozônio. CONAMA, 2000. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legislacao/CONAMA_RES_CONS_2000_267.pdf> Acesso: 01.jul.2016.

DIEESE (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS). **O emprego no setor do comércio e a crise internacional**. Nota técnica n. 84. DIEESE, ago.2009. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2009/notatec84ComercioCrise.pdf>> Acesso: 29.mai.2016.

DIEESE (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS). **A evolução do crédito na economia brasileira 2008-2013**. Nota técnica n. 135. DIEESE, maio.2014. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2014/notaTec135Credito.pdf>> Acesso: 30.mai.2016.

FALEIROS, J. P. M. Comércio varejista: uma análise do comportamento do volume de vendas sob uma perspectiva não linear. **Revista do BNDES**. n. 32. p. 157-182, dez. 2009. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev3205.pdf> Acesso: 15. out. 2015.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Editora Artenova, 1977.

FUJISAWA, M. S. **Das Amélias às mulheres multifuncionais: a emancipação feminina e os comerciais de televisão**. São Paulo: Summus Editorial, 2006.

GARCES, S. B. B. **Classificação e Tipos de Pesquisas**. Universidade de Cruz Alta – Unicruz: abr.2010. Disponível em: <<http://www.redepoc.com/jovensinovadores/ClassificacaoeTiposdePesquisas.doc>> Acesso: 20.jul.2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S.; FRANCO, F. M. M. **HOUAISS** - Dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). Indicadores Conjunturais da Indústria - Produção. **Série de Relatórios Metodológicos**. v. 31. Rio de Janeiro: 2004a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimprf/br/srmindconjind.pdf>> Acesso: 20.jun.2016.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2002-2003**. Rio de Janeiro: 2004b. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81847.pdf>> Acesso: 05.jun.2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008-2009**. Rio de Janeiro: 2010. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv45130.pdf>> Acesso: 05.jun.2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM/PF). dez.2008c. In: **Indicadores IBGE**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Industrias_Extrativas_e_de_Transformacao/Pesquisa_Industrial_Mensal_Producao_Fisica/Fasciculos/Fasciculo_Indicadores_IBGE_Brasil/> Acesso: 06.abr.2016.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). Pesquisa Mensal do Comércio (PMC). dez 2008a. In: **Indicadores IBGE**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Comercio_e_Servicos/Pesquisa_Mensal_de_Comercio/Fasciculo_Indicadores_IBGE/2008/> Acesso: 09.mar.2016.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). Pesquisa Mensal do Comércio (PMC). dez 2009. In: **Indicadores IBGE**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Comercio_e_Servicos/Pesquisa_Mensal_de_Comercio/Fasciculo_Indicadores_IBGE/2009/> Acesso: 09.mar.2016.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). Pesquisa Mensal do Comércio (PMC). dez 2011. In: **Indicadores IBGE**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Comercio_e_Servicos/Pesquisa_Mensal_de_Comercio/Fasciculo_Indicadores_IBGE/2011/> Acesso: 10.mar.2016.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). Pesquisa Mensal do Comércio (PMC). dez 2013. In: **Indicadores IBGE**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Comercio_e_Servicos/Pesquisa_Mensal_de_Comercio/Fasciculo_Indicadores_IBGE/2013/> Acesso: 04.abr.2016.

IPEA (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA). **Impactos da Redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) De Automóveis**. Nota técnica Diretoria de Estudos Macroeconômicos/Dimac , 2009. Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/2009_nt015_agosto_dimac.pdf> Acesso: 27.nov.2015.

IPEA (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA). Banco do Brasil, BNDES e Caixa Econômica Federal: a atuação dos bancos públicos federais no período 2003-2010. **Comunicados do IPEA**. n. 105. IPEA, 10.ago.2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110810_comunicadoipea105.pdf> Acesso: 14.jun.2016.

KEYNES, J. M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juros e da Moeda**. Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

LEITÃO, M. **A Saga Brasileira: a longa luta de um povo por sua moeda**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

LÓPEZ, J. ; PUCHET, M. Apogeu e decadência das políticas econômicas keynesianas. In: SICSÚ, J. ; VIDOTTO, C. (Org.) **Economia do Desenvolvimento: Teorias Políticas Keynesianas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. p. 28 - 45

MANKIW, N. G. **Princípios de microeconomia**. São Paulo: Cengage Learning, 2009. p. 11.

MARQUES, R. C.; ANGELO, L. R. V. Interpretação constitucional do princípio da seletividade tributária no IPI e no ICMS. **Checkpoint**. Thomson Reuters, 2012. Disponível em: <<http://artigoscheckpoint.thomsonreuters.com.br/a/5sav/interpretacao-constitucional-do-principio-da-seletividade-tributaria-no-ipi-e-no-icms-rogerio-cesar-marques-luiz-raphael-vieira-angelo>> Acesso: 03.mar.2016.

MARTIN, H.; SCHUMANN, H. **A armadilha da globalização**. 3.ed. São Paulo: Globo, 1998. p. 352.

MASCARENHAS, H. R. **O Setor de Eletrodomésticos de Linha Branca: um diagnóstico e a relação varejo-indústria**. 2005. 238 p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Finanças e Economia Empresarial, Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV/EESP), São Paulo, 2005. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2059/henriquemascarenhasturma2003.pdf?sequence=2&isAllowed=y>> Acesso: 28. set. 2015.

MEURER, R. ; SAMOHYL, R. **Conjuntura Econômica**: entendendo a economia no dia-a-dia. Campo Grande: Oeste, 2001. p. 49-50.

MIRANDA, F. **O fim do Brasil?** Empiricus Research: jul.2014. Disponível em: <<http://www1.empiricus.com.br/o-fim-do-brasil-5/>> Acesso: 12.jul.2016.

MOREIRA, T. B. S.; SOARES, F. A. R. **A Crise Financeira Internacional e as Políticas Anticíclicas no Brasil**. Política Fiscal e a Crise Econômica Internacional: XV Prêmio Tesouro Nacional, 2010. Disponível em: <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Premio_TN/XVPremio/politica/1pfceXVPTN/Tema_3_1.pdf> Acesso: 21.abr.2016.

O FUTURO sem fronteiras: a história dos primeiros 50 anos da Brasmotor. São Paulo: Prêmio, 1996. p. 44 - 50.

O GLOBO. Lista de produtos essenciais deve ser revista de tempos em tempos. O GLOBO, Princípios Editoriais: 27.ago.2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/defesa-do-consumidor/lista-de-produtos-essenciais-deve-ser-revista-de-tempos-em-tempos-9710744>> Acesso: 30.jun.2016.

OLIVEIRA, D. Pós-crise exige equilíbrio entre mercado e governo, diz Nobel. **Jornal Folha de S. Paulo**, 11.mai.2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2009/05/563803-pos-cri-se-exige-equilibrio-entre-mercado-e-governo-diz-nobel.shtml>> Acesso: 19.abr.2016.

PAULA, L. F. Política econômica para o crescimento e estabilidade macroeconômica: uma abordagem keynesiana com uma referência ao Brasil. In: SICSÚ, J.; VIDOTTO, C. (Org.) **Economia do Desenvolvimento: Teorias Políticas Keynesianas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. p. 218-238.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PROTESTE. Associação Brasileira de Defesa do Consumidor. **Crédito&Cidadania**. 02.maio.2012. Disponível em: < http://p5.proteste.org.br/20120502/cartilha-cuidado-com-credito-facil-Attach_s575391.pdf > Acesso: 19.jun.2016.

SALOMÃO, K. Justiça decreta falência da fabricante de geladeiras Mabe. **Revista Exame.com**. 16.fev.2016. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/justica-decreta-falencia-da-fabricante-de-geladeiras-mabe>> Acesso: 30.mar.2016.

SANTOS, A. M. M. M.; SOUZA, A. J.; COSTA, C. S. Bens de consumo: linha branca. **Eletrodomésticos**. Gerência Setorial de Indústria Automotiva e Bens de Consumo Duráveis do BNDES. 9 p. nov. 1995. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set206.pdf> Acesso: 01.nov.2015.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. v.1. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

TCU (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO). **Ações do Governo para reduzir os efeitos da crise**. Versão simplificada das Contas do Governo da República, 2009. Disponível em: <http://portal.tcu.gov.br/tcu/paginas/contas_governo/contas_2009/Textos/Ficha%201%20-%20Analise%20da%20Crise.pdf> Acesso: 01.nov.2015.

VARIAN, H. R. **Microeconomia**: princípios básicos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

VIEIRA, I. G. S. M. IPI, ICMS, IPTU: a seletividade nos tributos indiretos como forma de extrafiscalidade. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 16, n. 3016, 4 out. 2011. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/20132>> Acesso: 15.mai.2016.

VILLELA, G. Agências de classificação de risco falharam na crise global de 2008. **Jornal O Globo**: 25.mar.2014. Disponível em: < <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/agencias-de-classificacao-de-risco-falharam-na-crise-global-de-2008-11976989> > Acesso: 20.jul.2016.

APÊNDICE

APÊNDICE A: Eletrodomésticos da linha branca segundo código e descrição da TIPI.

Eletrodomésticos da linha branca	
Código TIPI	Descrição TIPI
7321.11.00 Ex 01	Fogão de cozinha de ferro fundido, ferro ou aço, combustíveis gasosos
7321.12.00 Ex 01	Fogão de cozinha de ferro fundido, ferro ou aço, combustíveis líquidos
7321.19.00 Ex 01	Fogão de cozinha de ferro fundido, ferro ou aço, combustíveis sólidos
8418.10.00	Refrigerador com congelador (porta separada)
8418.2	Refrigerador tipo doméstico
8450.11.00 Ex 01	Máquina de lavar roupas inteiramente automática, uso doméstico
8450.12.00 Ex 01	Máquina de lavar roupas com centrífugo incorporado, uso doméstico
8450.19.00 Ex 01	Máquina de lavar roupas outras, uso doméstico
8450.20.90	Máquina de lavar roupas, capacidade superior a 15kg
8451.21.00 Ex 01	Secadora de roupas com capacidade até 10kg, uso doméstico
8516.60.00 Ex 01	Fogões de cozinha outros, uso doméstico
8418.30.00	Freezer horizontal com capacidade até 400 litros
8418.40.00	Freezer vertical com capacidade até 400 litros

Fonte: elaboração própria com base em (BRASIL, 2012a).

APÊNDICE B: Indicadores de presença de eletrodomésticos nos domicílios: 2007 – 2013

Indicadores (por 1.000)	2007	2008	2009	2011	2012	2013
Total de domicílios	56,344	57,56	58,58	61,29	62,85	65,13
Domicílios eletrificados	55,342	56,75	57,94	60,88	62,55	64,85
Domicílios com fogão	55,282	56,54	57,64	60,45	62,06	64,32
Domicílios com geladeira	51,158	52,99	54,72	58,69	60,74	63,32
Domicílios com freezer	9,188	9,24	8,92	10,08	10,47	11,10
Domicílios com máquina de lavar roupas	22,259	23,90	25,97	31,25	34,65	37,42

Fonte: elaboração própria com base nos dados da PNAD de 2007 a 2013 do IBGE²².

²² Dados de publicação anual de 2003 a 2009 da PNAD divulgados no IBGE. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=759>